

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Art RAFAEL **GROSSI** LEOPOLDINO

**Aspectos políticos e socioeconômicos da crise
chilena de 2019.**



Rio de Janeiro
2020

Maj Art RAFAEL **GROSSI** LEOPOLDINO

**Aspectos políticos e socioeconômicos da crise
chilena de 2019.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Ten Cel Inf Klaiton Alexandro Sant'anna Cota

Rio de Janeiro
2020

L587a Leopoldino, Rafael Grossi

Aspectos políticos e socioeconômicos da crise chilena de 2019. / Rafael Grossi Leopoldino. — 2020.

53 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Klaiton Alexandre Sant'anna Cota.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia: f. 50-53.

1. CHILE - CRISE. 2. ASPECTOS POLÍTICOS. 3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS. I. Título.

CDD 355.4

Maj Art RAFAEL **GROSSI** LEOPOLDINO

Aspectos políticos e socioeconômicos da crise chilena de 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 23 de outubro de 2020.

COMISSÃO AVALIADORA

Klaiton Alexandro Sant'anna Cota - Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Luiz Antônio Freire de Paiva Júnior – Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rodrigo Brandão da Mota – Ten Cel Art - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rio de Janeiro
2020

RESUMO

Em outubro de 2019, o Chile foi palco de manifestações que começaram com protestos de estudantes contra o aumento da tarifa do metrô na capital, Santiago. Em poucos dias, esses protestos se espalharam pelo país, no que ficou conhecido como "estallido social". Esse acontecimento foi recebido com surpresa na comunidade internacional, principalmente no subcontinente sul-americano, onde o Chile sempre disfrutou de indicadores invejáveis, sendo um modelo de sucesso econômico regional, superando em vários aspectos o próprio Brasil, maior economia da América do Sul. A intenção deste trabalho é buscar desvendar como um país, até então visto como modelo de sucesso, pôde tornar-se palco da maior crise social de sua história, desde a redemocratização, no fim do século passado. Para tanto, foram analisados os aspectos estruturais do país, regredindo no tempo, de forma a entender como foram estabelecidas as suas bases políticas. Em seguida, abordaram-se aspectos socioeconômicos do Chile, traçando-se um paralelo da realidade com os indicadores de desenvolvimento daquele país para, por fim, chegar-se à conclusão de quais fatores foram relevantes para tamanha mobilização social.

Palavras-chave : Chile; crise; aspectos políticos; aspectos socioeconômicos.

RESEÑA

En octubre de 2019, Chile fue escenario de manifestaciones que comenzaron con protestas estudiantiles en contra el aumento de la tarifa del metro en la capital, Santiago. En pocos días, estas protestas se extendieron por todo el país, en lo que se conoció como "estallido social". Este evento fue recibido con sorpresa en la comunidad internacional, principalmente en el subcontinente sudamericano, donde Chile siempre ha gozado de indicadores envidiables, siendo un modelo de éxito económico regional, superando en muchos aspectos al propio Brasil, la mayor economía de Sudamérica. La intención de este trabajo es tratar de desentrañar como un país, hasta entonces visto como modelo de éxito, podría convertirse en el escenario de la mayor crisis social de su historia, desde la redemocratización, a fines del siglo pasado. Para ello, se analizaron los aspectos estructurales del país, retrocediendo en el tiempo, con el fin de comprender como se establecieron sus bases políticas. Luego, se abordaron los aspectos socioeconómicos de Chile, trazando un paralelo de la realidad con los indicadores de desarrollo de ese país para, finalmente, llegar a la conclusión de qué factores fueron relevantes para dicha movilización social.

Palabras-clave: Chile; crisis; aspectos políticos; aspectos socioeconómicos.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	ASPECTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS	15
2.1	BREVE RESUMO HISTÓRICO	15
2.2	CONJUNTURA ECONÔMICA	18
3	ASPECTOS POLÍTICOS	22
3.1	A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO CHILE	22
3.2	OS PARTIDOS POLÍTICOS DO CHILE	27
3.3	OS ÚLTIMOS PRESIDENTES	29
3.3.1	Primeiro mandato de Michelle Bachelet: 2006 a 2010	29
3.3.2	Primeiro mandato de Sebastián Piñera: 2010 a 2014	31
3.3.3	Segundo mandato de Michelle Bachelet: 2014 a 2018	33
3.3.4	Mandato atual de Sebastián Piñera	34
4	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	36
4.1	SISTEMA PREVIDENCIÁRIO.....	36
4.2	DESIGUALDADE SOCIAL.....	38
4.3	SAÚDE PÚBLICA.....	39
4.4	EDUCAÇÃO PÚBLICA	41
4.5	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	43
4.6	OUTROS ASPECTOS	44
5	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de apresentar os aspectos políticos e socioeconômicos que levaram à onda de protestos no Chile em outubro de 2019.

A imagem que se tinha da República do Chile, até então, era de uma economia estável, com indicadores que a colocavam entre as melhores da América do Sul, um modelo de transparência política e financeira, além de ter o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita regional (EXPORT ENTERPRISES S.A., 2020). No fim de 2018, Trisotto (2018) destacava que o Chile “ganhava de goleada” do Brasil em indicadores como qualidade de vida, educação, competitividade global, capacidade de fazer negócios e otimismo dos cidadãos em relação ao país.

O Chile passou por um regime militar sob o governado do General Augusto Pinochet, de 1973 até 1990. A volta do regime democrático no Chile coincidiu com a propagação dos ideais neoliberalistas na América do Sul e marcou também o início de um período de prosperidade no país. Pinochet deixou o caminho livre para a atuação dos chamados "Chicago Boys", um grupo de economistas chilenos que estudaram na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, com Milton Friedman e Arnold Harberger. Eles tinham a tarefa de aplicar no país um plano neoliberal que levou à privatização da saúde, educação e da previdência (AFP, 2017a).

Até pouco tempo atrás, parecia que o trabalho dos “Chicago Boys” tinha rendido apenas frutos positivos, dados os números da economia chilena.

A partir de meados dos anos 1980, o Chile passou a crescer muito mais do que os vizinhos da América Latina. Entre 1984 e 2004, o PIB per capita chileno cresceu a uma taxa média de 4,3% ao ano, em contraste com apenas 1,7% do Uruguai, 1,2% do Brasil e 0,3% da Argentina. Até mesmo a Índia, considerada um exemplo de crescimento, engordou 3,6% ao ano, consideravelmente menos. Assim, o Chile se tornou o país mais rico da América Latina, superando mais de cem anos de liderança argentina no PIB per capita.

O resultado é visível além dos números econômicos. No PISA¹, principal exame internacional de educação, os estudantes chilenos têm as melhores notas da América Latina. No Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, o Chile também lidera a região. Houve um extraordinário e incontestável aumento no bem-estar de todos os chilenos durante esse período. E a pobreza caiu consideravelmente. Em 1987, 52,8% dos chilenos tinham renda inferior a U\$ 5,50 por dia. Hoje, são 6,4% (já levando em conta a inflação do dólar no período). (MENEZES, 2019a).

¹ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

Apesar desse quadro, em outubro de 2019 eclodiu no Chile um movimento social inesperado, após o anúncio de aumento no preço das passagens de metrô, que levou estudantes a iniciarem protestos nas estações da capital, Santiago.

A crise começou quando, por recomendação de um painel de especialistas em transporte público, o governo decidiu aumentar o preço das passagens de metrô em 30 pesos, atingindo um valor máximo de 830 pesos (R\$ 4,73, na cotação atual). Como forma de protesto, os estudantes começaram a pular as catracas para entrar nas plataformas do metrô sem pagar a passagem.

A situação piorou a partir de sexta-feira, quando a violência tomou as ruas da capital chilena, Santiago, com incêndios em várias estações de metrô e ônibus, saques a supermercados e ataques a centenas de estabelecimentos públicos.

O presidente Piñera, então, declarou estado de emergência, o que significou o envio de militares para os pontos de protesto. Além disso, o governo ordenou toque de recolher na tarde de sábado.

Além disso, Piñera foi forçado a ceder e anunciou, no sábado à noite, a suspensão do aumento da tarifa do metrô, afirmando que ouvira "com humildade a voz do povo".

No entanto, nenhuma dessas medidas e anúncios aliviou a fúria dos chilenos que participam dos protestos.

No domingo, cidades como Santiago, Valparaíso e Concepción acordaram com sérios danos a prédios e espaços públicos, além de bloqueios em portos e estradas. (BBC, 2019).

O que se sucedeu foi uma onda de manifestações que abarcou uma diversidade de temas: além das passagens do metrô, as desigualdades na distribuição de renda, o sistema previdenciário, os altos preços dos medicamentos, os casos de corrupção na polícia e no Exército, como explica Muñoz Reyes (2019), revelando problemas estruturais profundos naquela sociedade, que antes eram mascarados pelos ótimos indicadores econômicos.

A cronologia do movimento foi a seguinte: o marco inicial do *Estallido Social*² – como ficou conhecida a série de manifestações aqui estudadas – é a sexta-feira, 18 de outubro, com os ataques ao metrô da capital, culminando com o fechamento de várias estações. Além desses ataques, os manifestantes também incendiaram o edifício da companhia de energia elétrica ENEL e uma agência do Banco Chile. À noite, o presidente Sebastián Piñera decretou estado de emergência, nomeando o General do Exército Javier Iturriaga como uma espécie de interventor na segurança pública. (AFP, 2019).

² Explosão social.

No sábado (19 Out), os protestos continuaram em Santiago, com enfrentamentos entre manifestantes e as forças de segurança. Além disso, outras cidades importantes foram palco de protestos, como Viña del Mar e Valparaíso, onde foi incendiado o edifício do jornal El Mercurio, o mais antigo do país, mesmo após o anúncio da suspensão do aumento dos combustíveis – outra razão das manifestações. Esse dia foi emblemático porque que foi a primeira vez, desde o fim do governo do General Pinochet, em que foram empregados militares nas ruas e que foi decretado toque de recolher em Santiago. (Ibid.).

Piñera emitiu uma declaração no domingo (20 Out), afirmando que o país estava “em guerra contra um inimigo poderoso”, o que foi visto pela população como uma total desconexão do presidente com a realidade da maioria dos chilenos, e acabou por acirrar ainda mais os ânimos. Com isso, o estado de emergência foi estendido para nove das dezesseis regiões do país, onde também foi decretado o toque de recolher à noite. Nesse momento já se contabilizavam pelo menos 78 estações do metrô depredadas ou completamente destruídas. (Ibid.).

Apesar da gravidade da situação, ainda havia a crença de que, ao iniciar-se a semana, naturalmente a normalidade voltaria. Entretanto, na segunda-feira (21 Out), as aulas foram suspensas nas escolas e universidades de Santiago, e o temor pela escalada da crise provocou a formação de longas filas nos postos de combustível e supermercados. Ainda tentando entender a situação, Piñera convocou representantes dos partidos políticos para uma reunião no dia seguinte, com o intuito de entender os anseios e alcançar um acordo social. (Ibid.).

Em 22 de outubro, Sebastián Piñera proferiu um discurso, no qual anunciou uma agenda social com aumento de aposentadorias e salários mínimos, redução das tarifas elétricas, benefícios na saúde, novas taxações de rendas mais altas e redução de privilégios da classe política, entre outras medidas:

Chilenas e chilenos: muito boa noite!

Nos últimos dias, tomamos conhecimento de graves atos de violência, delinquência, vandalismo e destruição. **Mas também escutamos, forte e clara, a voz do povo expressando pacificamente seus problemas, suas dores, suas carências, seus sonhos e suas esperanças de uma vida melhor.**

Frente aos graves atos de violência, delinquência, vandalismo e destruição, o Governo reagiu utilizando todos os instrumentos que contempla a Constituição e a Lei, para cumprir com nosso dever de resguardar a Ordem Pública e a Segurança Cidadã e proteger as liberdades e direitos de todos os chilenos a mobilizarem-se, estudarem, trabalharem, abastecerem-se e poder viver suas vidas com liberdade, normalidade e segurança.

Apesar de todos os problemas, a situação está melhorando, graças ao valioso e sacrificado trabalho de nossas Forças Armadas e de Ordem e à colaboração de muitos cidadãos, a ordem pública e a segurança dos cidadãos estão melhorando.

Adicionalmente, estamos fazendo nossos maiores esforços para avançar em direção a uma normalização da vida cotidiana das pessoas. Estamos trabalhando duro para melhorar o transporte público, o acesso a alimentos, saúde, farmácias, gasolina, escolas e outros serviços de vital importância para os cidadãos. Inclusive, com o sacrificado esforço dos trabalhadores do Metrô, amanhã reiniciarão as operações das linhas 3 e 6 do metrô, as quais de unirão à linha 1 já funcionando.

Sei que alguns pedem o fim dos Estados de Emergência e do Toque de Recolher. Todos queremos isso. Mas como presidente é meu dever retirá-los quando tiver certeza de que a Ordem Pública, a segurança dos cidadãos e dos bens, tanto públicos como privados, estejam devidamente resguardados.

Quero reconhecer e agradecer às nossas Forças Armadas e de Ordem. Sei que sua labuta tem sido muito sacrificante e difícil. Mas quero que todos os seus comandantes e integrantes saibam que seu trabalho é vital para proteger a democracia e resguardar as liberdades, direitos humanos, segurança e bens de todos os chilenos, e muito especificamente, dos mais humildes e da classe média, que são os que mais tem sofrido pela brutal violência, destruição e delinquência dos últimos dias.

Quero agradecer também o abnegado e indispensável trabalho dos Bombeiros do Chile e a todos os cidadãos que voluntariamente têm contribuído com seu trabalho e compromisso para proteger nossas cidades, bairros e vizinhos.

Frente às legítimas necessidades e demandas sociais dos cidadãos, recebemos com humildade e clareza a mensagem que os chilenos têm nos enviado. É verdade que os problemas se acumulavam há muitas décadas e que os distintos governos não foram nem fomos capazes de reconhecer esta situação em toda sua magnitude. Reconheço e peço perdão por esta falta de visão.

Lembro o escritor e poeta Mario Benedetti, que disse “Quando acreditávamos ter todas as respostas, logo mudaram todas as perguntas”. Mas todo problema significa também uma oportunidade, chegou o momento de recuperar o tempo perdido, acelerar o ritmo e passar à ação, e com urgência, no campo das soluções.

Nesses dias temos escutado a muitas organizações cidadãs e da sociedade civil, a *alcades*³, a parlamentares e aos representantes máximos do Senado, da Câmara e do Poder Judiciário, aos quais agradeço sinceramente sua atitude construtiva e de boa vontade.

Hoje nos reunimos com os presidentes dos partidos políticos que aceitaram nosso convite de dirigirem-se ao *La Moneda*⁴ e contribuir com a construção de um Grande Acordo Nacional, que nos permita impulsionar, e com urgência, uma nova Agenda Social. Pudemos constatar que havia muitas coincidências, tanto no diagnóstico como nas soluções, e lhes propus constituir grupos de trabalho para aperfeiçoar e acelerar as diferentes iniciativas desta Agenda Social. Quero agradecer-los sinceramente sua valiosa contribuição e construtiva atitude.

Hoje quero compartilhar com todos os meus compatriotas os principais componentes dessa Agenda Social que será proposta ao Congresso ou implementada diretamente pelo Governo, segundo corresponda:

³ A função de *alcade*, no Chile, se assemelha à dos prefeitos no Brasil. Entretanto, não são administradores de municípios, mas de comunas. Assim, uma cidade grande, como a capital, Santiago, pode ter várias comunas, ao passo que um município menor pode ter um único *alcade*.

⁴ Palácio *La Moneda*, sede do Governo do Chile.

A) Previdência

1. Aumento imediato de 20% da Pensão Básica Solidária, o que beneficiará 590 mil aposentados.
2. Aumento imediato de 20% no Aporte de Benefícios Solidário, o que beneficiará 945 mil aposentados.
3. Aumento adicional das aposentadorias básicas e dos aportes de benefícios solidários, durante os anos de 2021 e 2022, para os aposentados maiores de 75 anos.
4. Aporte de recursos fiscais para complementar a poupança previdenciária da classe média e das mulheres que trabalham e contribuem, para incrementar suas pensões no momento da aposentadoria, o que favorecerá 500 mil trabalhadores.
5. Aportes de recursos fiscais para melhorar as pensões dos idosos incapacitados.

B) Saúde e Medicamentos

1. Urgência de discussão imediata ao Projeto de Lei enviado por nosso Governo ao Congresso que cria o Seguro de Doenças Catastróficas, de forma a assegurar um teto ao gasto de saúde das famílias. O gasto que exceda esse teto será coberto pelo seguro.
2. Criação de um seguro que cubra parte do gasto em medicamentos das famílias chilenas, não coberto por programas como o GES ou a Lei Ricarte Soto.
3. Ampliação do convênio da Fonasa⁵ com farmácias para reduzir o preço dos medicamentos, o que beneficiará mais de 12 milhões de pessoas.

C) Renda Mínima Garantida

Criação de uma renda mínima garantida de 350 mil pesos, para todos os trabalhadores com jornada completa que complementa seus salários quando seja inferior a esse valor. Este benefício se aplicará de forma proporcional aos menores de 15 e maiores de 65 anos.

D) Tarifas Elétricas

Criação de um mecanismo de estabilização das tarifas elétricas, o que permitirá anular o recente aumento de 9,2% da eletricidade, retrocedendo o valor das tarifas elétricas ao nível do primeiro semestre desse ano.

E) Maiores impostos aos setores de maiores rendas

Criação de um novo segmento no Imposto Global Complementar de 40% para as rendas superiores a 8 milhões mensais, o que aumentará a arrecadação tributária em 160 milhões de dólares.

F) Criação da Defensoria das Vítimas, de forma a facilitar o acesso e fortalecer a defesa jurídica e apoio social psicológico às vítimas da delinquência.

G) Maior igualdade entre comunas⁶ de altas e baixas rendas

Fortalecimento do Fundo Comum Municipal, estabelecendo maiores contribuições das comunas de maiores rendas, em benefício das comunas de menores rendas. Isso permitirá uma maior igualdade na prestação de serviços municipais como segurança, iluminação, infraestrutura, parques, desportos, recreação e outros.

H) Congresso e Administração Pública

Redução dos subsídios parlamentares e altos soldos da administração pública e redução do número de parlamentares e limitação das reeleições.

I) Existem vários projetos de conteúdo social, enviados pelo nosso governo ao Congresso, que requerem urgente tramitação e aprovação. Por essas razões peço ao Congresso que acelere a tramitação e aprovação de:

1. Projeto Pro-infância, que termina com o tristemente célebre Sename⁷ e o substitui por dois novos serviços públicos. O Serviço de Proteção à Infância e Adolescência e o Serviço de Reinserção Juvenil.

⁵ Fundo Nacional de Saúde.

⁶ Divisões administrativas das cidades. Se assemelham aos bairros no Brasil, porém as *comunas* possuem uma administração própria, denominada *Municipalidad*.

⁷ Serviço Nacional de Menores.

2. Projeto que cria o Seguro Catastrófico de Saúde.
3. Projeto que cria o direito à creche universal a todos os filhos de mães, ou pais quando for o caso, trabalhadoras do Chile.
4. Projeto que estabelece a redução das contribuições dos idosos mais vulneráveis.

J) Plano de reconstrução dos danos e destruições provocados pela violência e delinquência ocorrida nos últimos dias, que tenham produzido sérios danos à infraestrutura pública, especialmente ao Metrô e outras instalações públicas. Este plano de reconstrução tomará tempo e comprometerá recursos de mais de 350 milhões de dólares.

Adicionalmente, solicitei a todos os ministros, intendentes, governadores e Seremis⁸ sua total colaboração e compromisso com a rápida e eficaz implementação desta Agenda Social no que dependa deles.

Querido compatriotas:

Esta Agenda Social não solucionará todos os problemas que afligem aos chilenos. Mas será uma contribuição necessária e significativa para melhorar sua qualidade de vida, e muito especialmente aos setores mais vulneráveis e à classe média, com especial prioridade às crianças, às mulheres e aos idosos.

Esta Agenda Social também requererá um enorme esforço de maiores recursos do Estado, o que exigirá muita eficácia e redirecionamento dos recursos existentes.

Tenham a certeza de que a implementação e financiamento desta Agenda se fará com responsabilidade, fazendo todos os esforços para evitar impactos negativos ao crescimento, investimento, salários e equilíbrios fiscais.

Chilenas e chilenos:

Nos momentos mais difíceis de nossa história, com unidade, esforço e vontade, o Chile sempre soube progredir.

Assim recuperamos nossa democracia.

Assim reconstruímos nosso país.

Assim resgatamos nossos mineiros.

E assim superaremos esses tempos difíceis, transformando esta crise em nova oportunidade e esperança para todos os chilenos.

Que Deus abençoe o Chile.

Que Deus abençoe a todos os chilenos.

Boa noite e muito obrigado. (GOBIERNO DE CHILE, 2019, grifo e tradução nossos).

Apesar das palavras do mandatário, na quarta-feira, 23 de outubro, teve início uma greve, à qual aderiram os sindicatos de minas de cobre, de profissionais da saúde e portuários. Mesmo com a continuidade das concentrações de pessoas nas ruas, exigindo o fim das medidas de exceção e volta dos militares aos quartéis, o governo convoca os reservistas para aumentar os efetivos empregados.

No dia seguinte seguem as manifestações, e na sexta-feira, 25 de outubro de 2019, acontece a histórica mobilização que levou 1 milhão e 200 mil pessoas às ruas de Santiago, a maior dos últimos 30 anos. No sábado, 27, Piñera anunciou o fim do estado de emergência e retira os militares das ruas. Porém, os protestos ainda

⁸ Secretários Regionais Ministeriais.

continuariam acontecendo quase que diariamente, por mais de dois meses. (AFP, 2019).

Gimberg (2019) observa que a atuação inicial das Forças Armadas e de segurança foi um fator que provocou o recrudescimento das manifestações. A tentativa de reprimi-las catalisou a onda de violência e delitos como saques, vandalismo e depredações passaram a se confundirem com as reivindicações legítimas.

É importante levar em consideração que um movimento de tamanha repercussão e com o envolvimento de grande parcela da sociedade não ocorre por um motivo isolado. Há que se entender que a crise em questão é produto de vários aspectos. Esse estudo promoverá uma análise desses aspectos, com ênfase nos políticos e socioeconômicos, sem, entretanto, deixar de considerar características estruturais e conjunturais envolvidas.

Visando dissecar essas origens e esclarecer as circunstâncias em que ocorreram os movimentos sociais já mencionados, o presente trabalho de conclusão de curso terá como enfoque o seguinte problema: quais os aspectos políticos e socioeconômicos que levaram à crise chilena de 2019?

Com a finalidade de atingir o objetivo geral proposto, foram levantados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os aspectos estruturais e a conjuntura em que os movimentos estão inseridos;
- b) Apresentar os aspectos políticos que permeiam a atual situação do Chile; e
- c) Apresentar os aspectos socioeconômicos que mais influenciaram para o desencadeamento da crise.

A conjuntura atual de qualquer nação é produto da sequência histórica em que está inserida. Por esse motivo, para compreendermos os fatos da atualidade é imprescindível voltar no tempo e identificarmos os principais pontos de inflexão na História.

A presente pesquisa pretende investigar por que tais movimentos sociais ocorreram em um país com bons indicadores econômicos e com um certo grau de prestígio no cenário político regional.

Consideramos o estudo dos movimentos sociais ocorridos no Chile relevantes para o nosso país e para o Exército Brasileiro por duas razões principais.

A primeira delas está no fato de que o Brasil está em um momento de discussão sobre reformas (previdenciária, trabalhista, política, tributária etc.) e é importante analisar quais os melhores modelos a adotar, a partir dos exemplos percebidos em outros países. A título de exemplo, o modelo de previdência por capitalização chileno chegou a ser mencionado como uma possível alternativa ao nosso atual; entretanto estudaremos o quanto esse modelo vem sendo criticado no Chile.

A segunda razão pela qual é importante esta pesquisa é o fato de que manifestações dessa magnitude podem exercer um efeito dominó na região, a exemplo da Primavera Árabe. Uma vez que o Brasil é o líder geopolítico natural da América do Sul, qualquer instabilidade regional nos afeta diretamente.

O tipo de pesquisa do presente trabalho seguiu a taxionomia de Vergara (2009), e de acordo com as definições do Departamento de Pesquisa e Pós-graduação da ECEME (2012). Podemos classificá-la como qualitativa (pois foi realizada no campo da subjetividade), descritiva e explicativa (pois a análise das características do Estado chileno e de sua população nortearam a tentativa de explicar as causas do movimento social de 2019) e bibliográfica, porque o estudo foi “desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas”.

Os dados utilizados nessa pesquisa foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica de literatura de fontes fidedignas e com dados pertinentes aos propostos no referencial teórico. Destaca-se a predominância do meio eletrônico para a coleta de informações dos principais fatos referentes ao tema estudado, uma vez que se trata de um tema da atualidade e ainda não há muitas publicações a respeito.

Uma vez que a pesquisa a que se refere esse projeto é qualitativa, os dados foram analisados de forma não estatística. Por essa razão, foram empregadas as técnicas de análise de conteúdo e histografia, permitindo reunir o máximo de informações e apurar as causas dos acontecimentos atuais, principalmente ao buscarmos atingir o objetivo específico de identificar os aspectos históricos e a conjuntura em que os movimentos estudados estiveram inseridos.

Considerando que o pesquisador vivia no Chile durante os acontecimentos estudados, tendo estado inserido “no ambiente, no dia-a-dia do grupo investigado, coletando os dados por meio de observação participante e entrevistas” (DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA ECEME, 2012, p.23), também houve uma análise dos dados pelo método etnográfico, ainda que de maneira implícita.

O método utilizado apresentou duas limitações principais. A primeira delas está na escassez de fontes mais formais de pesquisa, como livros, revistas e jornais, já que se trata de um país estrangeiro, sem grande expressão no cenário geopolítico e que nem mesmo faz fronteira com o Brasil. A segunda limitação, que exigiu capacidade de senso crítico do autor, foi uma certa contaminação ideológica das fontes pesquisadas, porque o assunto que envolve uma grande polarização política da sociedade chilena.

Com o intuito de mitigar essas limitações, a escolha das fontes consultadas foi criteriosa, observando sempre a imparcialidade das mesmas e comparando as informações publicadas, excluindo aquelas que se mostraram tendenciosas.

Com o objetivo de melhor organizar o estudo, ele está desenvolvido em três capítulos. No primeiro capítulo, abordaremos alguns aspectos estruturais e conjunturais da República do Chile julgados relevantes para o entendimento de como a crise em estudo se originou. Em seguida, serão identificados os principais aspectos políticos do país, com o enfoque nos que se consideram mais determinantes para a escalada da crise; e, por fim, serão abordados os aspectos socioeconômicos daquele país, traçando um paralelo das condições de vida da sociedade com a crise, sempre com o objetivo de entender o que a causou, possibilitando, assim, uma conclusão que será exposta no último capítulo.

2 ASPECTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS

Neste capítulo, faremos uma breve análise dos aspectos estruturais, que podem ser entendidos como as causas um pouco mais remotas, ou que formaram a base histórica que trouxe à situação atual. Nesse bojo, faremos um resumo histórico a partir do período do regime militar chileno e do processo de redemocratização.

Quanto aos aspectos conjunturais, será realizada uma caracterização da situação econômica do Estado, sem, contudo, abordar questões políticas e sociais, que serão os temas dos capítulos 3 e 4.

2.1 BREVE RESUMO HISTÓRICO

Com o intuito de embasarmos o fato estudado, faremos uma rápida abordagem da história chilena recente. Voltemos, portanto, aos anos 1970, no contexto do conflito bipolar da Guerra Fria que dividiu ideologicamente o planeta entre os capitalistas, alinhados aos Estados Unidos da América (EUA) e os comunistas, do bloco liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Conforme descreve Hertzog (2017), Salvador Allende foi eleito presidente do Chile no início dos anos 70, o que representou a chegada do socialismo ao poder pela via democrática, pela primeira vez, na América do Sul.

Uma vez assumida a Presidência, Allende começou a tomar as ações que caracterizariam a “via chilena” de transição ao socialismo.

De imediato, se iniciou a nacionalização e estatização de empresas e bancos e a reforma agrária. Em 2 de dezembro de 1970, o governo anunciou a primeira expropriação, na indústria têxtil, a qual se seguiram outras em indústrias do ramo nos meses seguintes. Também passaram para o controle do Estado as companhias nacionais de carvão. Posteriormente, avançou-se sobre o setor mais rentável da economia chilena – a produção cuprífera – com a aprovação pela Câmara e Senado, de uma reforma constitucional decretando a nacionalização da grande mineração do cobre em julho de 1971 [...] A nacionalização dos bancos progrediu igualmente a passos largos. Já no primeiro semestre de 1971, todos os bancos estrangeiros haviam sido adquiridos pelo Estado que, ao mesmo tempo, iniciou a compra de ações dos bancos privados nacionais, obtendo participação majoritária em 11 dos 23 bancos chilenos, com o que estabeleceu controle direto sobre cerca de 90% do total das aplicações. As grandes comercializadoras de bens de consumo e materiais de construção seriam adquiridas ainda no primeiro semestre de 1971, ao passo que se avançava no controle estatal sobre o comércio exterior, por meio das nacionalizações a [sic] pouco citadas, e da

centralização de importações de alimentos e matérias-primas para as empresas que passavam à APS⁹. (FIRMINO, 2016, p. 67).

Os resultados econômicos em 1971 foram exitosos, conforme descreve Garcés (1993, apud Firmino, 2016, p. 72); além da redução da inflação de 36 para 22%, houve “um aumento de 14% da produção industrial e de 8,5% do PIB. A capacidade ociosa da indústria diminuiu de mais de 8% para cerca de 4% e a participação dos assalariados na renda nacional subiu de 53% para 61%.”

Entretanto, Firmino (2016, p.72) salienta que no ano de 1972 surgiria o maior óbice do governo Allende, no campo econômico: a inflação. Nesse momento, têm início os primeiros descontentamentos no âmbito da classe trabalhadora.

Em outubro desse ano, ocorreu uma greve dos caminhoneiros, pois esses eram contrários aos planos do governo de estabelecer uma empresa estatal de transportes que abrangeria todo o país. Setores produtivos passaram a interromper o fornecimento de alimentos em protesto às expropriações da política de reforma agrária de Allende, provocando crise de abastecimento e inflação (SANTOS A., 2017, p. 37-38).

A crise se agravou a tal ponto que as forças da direita chilena não viram alternativa senão a descontinuidade do governo de Allende.

A primeira tentativa de tomar o poder – que ocorreu em junho de 1973, e ficou conhecida como Tanquetazo – fracassou miseravelmente. No entanto, em setembro, outra tentativa, que desta vez contou com as forças combinadas do exército, da marinha, da aeronáutica e dos carabineros – a polícia nacional chilena –, ocorreu, logrando êxito imediato. Tanto que o presidente em exercício, Salvador Allende, cometeu suicídio no palácio presidencial de La Moneda, pensando ser esta a saída mais honrosa para evitar a humilhação da deposição. Depois que os militares tomaram o poder, reuniram-se para organizar efetivamente a administração governamental do país. Isso envolvia, principalmente, a elaboração de medidas econômicas capazes de, em um primeiro momento, conter, e depois, erradicar a crise. Para isso, o Chile contou com o formidável auxílio dos Estados Unidos. Mas não era um auxílio de ordem financeira, muito pelo contrário. Era um auxílio didático. Um grupo de economistas americanos – que ficaram conhecidos como Chicago Boys – deslocaram-se até o Chile, para auxiliar a recém-instaurada junta militar a formular uma estratégia econômica capaz de retirar o país das cinzas da miséria e da recessão, e conduzi-la ao patamar do pleno e livre desenvolvimento. E esta iniciativa teve muito sucesso.

A fórmula para a recuperação econômica não era nem um pouco misteriosa, muito pelo contrário; desde o princípio, mostrou-se tão tácita quanto implícita: era necessário descentralizar a economia. Desta maneira, o governo militar radicalizou ao reverter a situação do país de forma completa e abrangente através de inteligentes e eficientes medidas expansivas – em

⁹ Área de Propriedade Social, por meio da nacionalização de empresas privadas oligopolistas ligadas a setores estratégicos da economia.

acirrado contraste com as políticas socialistas centralizadoras e estatizantes -, que promoveram uma verdadeira revolução econômica, fazendo o Chile passar da estagnação para a produtividade em questão de semanas. Desta maneira, o governo rapidamente implementou um modelo de liberalismo econômico que removeu impostos, regulamentações e burocracia desnecessária da iniciativa privada, além de tarifas protecionistas. Diversas estatais foram privatizadas, e pequenas e médias empresas, em determinados segmentos, passaram a usufruir de maior liberdade fiscal, poder aquisitivo para compra de matéria-prima e capacidade produtiva. Desta maneira, o caminho para o desenvolvimento e para a liberdade econômica foi plenamente edificado. Tais reformas econômicas liberalizantes mostraram-se cruciais para o progresso do Chile.

Desta maneira, o desenvolvimento efetivamente consolidou-se. O desemprego caiu drasticamente, novas empresas foram inauguradas, o setor privado tornou-se mais amplo, próspero e robusto, a qualidade de vida aumentou e novas e fascinantes oportunidades subitamente descortinaram promissoras possibilidades para o futuro. (HERTZOG, 2017).

A política neoliberal dos Chicago Boys baseou-se, portanto, na redução do Estado, retirando os entraves à liberdade econômica, tornando o país atrativo às transnacionais estrangeiras.

Pinochet desvalorizou a moeda do país para que os exportadores de seu país obtivessem receitas externas suficientes para o financiamento e abriu a economia do país, reduzindo as alíquotas de importação e exportação". (SANTOS R., 2018, p. 5).

Além disso, vários setores importantes como bancos e companhias elétricas passaram a ser financiados com capital estrangeiro, o que tornou o governo militar chileno completamente diferente dos demais regimes sul-americanos, que tinham pesado investimento estatal-desenvolvimentista. As contrapartidas foram o arrocho salarial, a desvalorização da moeda e a diminuição do poder de compra, tendo como consequência a "persistência de cerca de 45% da população abaixo da linha da pobreza, resultado do corte de praticamente todos os benefícios sociais concedidos pelo Estado". (Ibid., p. 5-6).

Entretanto, é importante ressaltar que a discussão sobre o modelo neoliberal adotado pelo regime militar de Augusto Pinochet merecer a exclusividade dos créditos pelo milagre econômico chileno ainda está longe de terminar. O professor da Universidade do Chile e ex-presidente do conselho da estatal de mineração Codelco no governo de centro-esquerda da ex-presidente Michelle Bachelet, Óscar Landerretche, não atribui a atual estabilidade econômica e prosperidade do país ao governo militar de Pinochet:

A ditadura chilena terminou há quase 30 anos. Enquanto isso, o Chile tem tido um desempenho econômico muito maior do que tinha durante a ditadura em crescimento econômico, estabilidade e até mesmo indicadores de equidade que, embora sejam ruins no âmbito global, são melhores do que antes e estão melhorando, ainda que lentamente. (FAJARDO, 2019).

Por outro lado, Steve Hanke, acadêmico da Universidade Johns Hopkins, relembra o papel que os Chicago Boys tiveram na condução da economia na era Pinochet:

Quase que imediatamente, eles afrouxaram os controles estatais sobre a economia, liberaram exportações, venderam estatais e confiaram na mão do mercado para conduzir o crescimento econômico do país, algo considerado revolucionário naquele momento. (Ibid.).

Cabe aqui destacar que nesse período, dentre as reformas realizadas, a previdenciária foi uma das mais marcantes. Segundo Fugulin e Carvalho (2006, p. 5) ela consistiu basicamente na transição de um plano sem fundo definido, mas com benefícios previstos, para um regime de contribuição definido; substituição do Estado, como administrador, por agentes privados, as Administradoras de Fundos e Pensões (AFP); e na separação do elemento de assistência social para o elemento poupança compulsória das provisões de aposentadoria. Voltaremos a abordar esse aspecto mais adiante.

Como pode-se perceber, a política econômica de Pinochet é até hoje tema de discussão, principalmente após os fatos ocorridos a partir de outubro de 2019, que reacenderam questões que estavam latentes na sociedade chilena. Entretanto, esse não é o enfoque principal desse estudo, mas sim o ponto de partida para que possamos, a partir dele, identificar algumas características da situação econômica recente do Chile.

2.2 CONJUNTURA ECONÔMICA

A presente seção abordará a conjuntura econômica do Chile, apresentando indicadores que julgamos relevantes, com a intenção de traçar um paralelo entre eles e a condição de vida da população, mantendo sempre o foco nos objetivos do estudo.

Iniciemos, pois, pela análise do Produto Interno Bruto (PIB) do país, na última década. Como podemos observar na tabela 1, o PIB chileno apresentou crescimento contínuo nos últimos 10 anos. Destaca-se que mesmo no ano de 2019, com toda a

crise ocorrida, houve variação positiva, apesar de o valor em dólares ter diminuído, o que pode facilmente ser explicado pela desvalorização do peso chileno em relação àquela moeda.

Tabela 1 – Evolução do PIB anual do Chile (em milhões de dólares)

Data	PIB anual	Var do PIB (%)
2019	282.128	1,1%
2018	298.180	3,9%
2017	277.674	1,2%
2016	250.268	1,7%
2015	243.909	2,3%
2014	260.479	1,8%
2013	278.345	4,0%
2012	267.021	5,3%
2011	252.096	6,1%
2010	218.308	5,8%

Fonte: Countryeconomy.com (2020)

Em dezembro de 2018, (menos de um ano antes da eclosão dos movimentos) o PIB per capita do Chile, com paridade de poder de compra, era estimado em mais de 25 mil dólares americanos, o que bastaria para que o país pudesse ser considerado como desenvolvido. Mesmo assim, é um dos piores entre os países que integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento. (OECD, 2020).

Uma projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostra que o Chile deve fechar 2018 com PIB per capita, **com paridade de poder de compra**, em US\$ 25.891,13. Se a projeção se confirmar, essa será a primeira vez que os chilenos ultrapassam o patamar de US\$ 25 mil, um dos indicadores usados pela instituição para determinar a robustez das economias: a partir desse valor, o país pode ser incluído na lista das nações desenvolvidas. Essa projeção coloca o Chile no 63.º lugar de um ranking com 192 países. O Brasil aparece bem mais abaixo, com projeção de PIB per capita de US\$ 16.111,56, na 84.ª colocação desse ranking para 2018. As projeções do FMI vão até 2023. Neste ano, o PIB per capita do Chile é estimado em US\$ 31,5 mil. O do Brasil, US\$ 19,2 mil. (TRISOTTO, 2018, grifo nosso).

Cabe aqui a ressalva de que há uma grande diferença entre o PIB per capita nominal e o PIB per capita com paridade de poder de compra. Enquanto o primeiro leva em consideração as riquezas produzidas pelo país, normalmente em dólares, dividida pelo número de habitantes; o segundo reflete essa mesma riqueza em relação ao poder aquisitivo de cada pessoa com o custo de vida do local, considerando-se as diferenças cambiais e os preços locais, conforme explica Candiota (2016). Quando se considera o PIB per capita nominal, esses valores não chegam a 16 mil dólares, no Chile, mesmo assim, ainda é suficiente para superar o Brasil, por exemplo.

Tabela 2 – Comparativo dos PIB per capita nominais em dólares – Chile e Brasil

Data	PIB per capita do Chile	Var. anual PIB per capita do Chile	PIB per capita do Brasil	Var. anual PIB per capita do Brasil
2019	15.064\$	-5,4%		
2018	15.921\$	5,6%	8.917\$	-9,7%
2017	15.075\$	9,4%	9.877	12,9%
2016	13.776\$	1,5%	8.751	-1,1%
2015	13.572\$	-7,3%	8.846	-27,4%
2014	14.644\$	-7,3%	12.176	-1,5%
2013	15.804\$	3,2%	12.357	-0,6%
2012	15.308\$	4,8%	12.427	-6,5%
2011	14.611\$	14,2%	13.296	17,4%
2010	12.794\$	25,2	11.327	31,1%

Fonte: Countryeconomy.com (2020)

Em se tratando de renda per capita, vale a pena observar que essa média elevada não corresponde exatamente a uma divisão igualitária.

As receitas econômicas aplicadas nas últimas quatro décadas resultaram em uma onda de elogios dos principais organismos internacionais, consagrando o Chile com a bitola do “milagre econômico” da região por antonomásia, por suas saudáveis taxas de crescimento econômico e por ter obtido, em tempo recorde, uma das maiores rendas per capita da América Latina – posição eternamente em disputa com o Panamá. Mas o caso chileno é paradigmático de uma máxima que nunca convém esquecer na economia: que a renda per capita – que levou um bom número de economistas a compará-lo à Coreia do Sul, talvez o grande caso de sucesso contemporâneo em escala global, não é suficiente como termômetro do bem-estar real e da fragmentação socioeconômica de um território.

A era dourada do crescimento chileno descansou sobre dois pilares: o cobre – é o maior produtor global, uma bênção da qual, entretanto, não conseguiu se diversificar com sucesso – e uma fé inabalável no livre mercado: lidera os rankings latino-americanos em facilidade para fazer negócios, e a

ideologia do laissez faire –marca da casa da escola de Chicago, que, como constata Lisa North, professora emérita de Ciência Política na Universidade de York (Toronto), encontrou no Chile de Augusto Pinochet um terreno especialmente fértil para sua entrada na região. **“Houve, sobretudo no exterior, uma supervalorização do modelo chileno: se o processo liberalizante tivesse sido acompanhado de uma maior concorrência econômica, o bem-estar resultante teria sido muito maior. Aqui, porém, ocorreu uma alta concentração, de modo que a riqueza ficou em poucas mãos”**, critica Gonzalo Martner, ex-embaixador e ex-presidente do Partido Socialista. (MONTES; FARIZA, 2019, grifo nosso).

O Chile tem no cobre a base de suas exportações, com o metal respondendo por praticamente metade delas e garantindo o equilíbrio da balança comercial do país. Os principais destinos das exportações são, nessa ordem: China, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Brasil, evidenciando uma maior relação com os países do Pacífico do que com os vizinhos sul-americanos, consequência natural da adesão, em 1994 à APEC – Associação Econômica Ásia-Pacífico. No que diz respeito às importações, os automóveis e derivados de petróleo são os principais produtos participantes, tendo como vendedores, em ordem de participação: China, Estados Unidos, Brasil, Argentina e Alemanha. (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2020).

Dessa forma, concluímos essa sucinta abordagem dos aspectos estruturais e conjunturais mais relevantes do país. Até esse ponto, não é possível entender como um país com esses indicadores pode ter chegado a uma crise de tamanha magnitude, embora tenha ficado claro que a alta renda per capita do país não é distribuída igualmente. Agora, passaremos a estudar alguns aspectos da política chilena.

3 ASPECTOS POLÍTICOS

O presente capítulo se propõe a realizar um estudo das principais instituições políticas chilenas, identificando possíveis relações dessas com as causas da crise de outubro de 2019. Nesse sentido, serão apresentados os principais partidos políticos do país e suas posições, e caracterizados os últimos governos do Estado Chileno. Iniciaremos a abordagem dos aspectos políticos pela Constituição da República do Chile.

3.1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO CHILE

A história constitucional chilena remonta a 1810, ano de início do processo de independência do país, quando foi elaborada a Ata de Constituição da Primeira Junta de Governo. Seguiram-se, então, as Constituições do Governo do libertador Bernardo O'Higgins e as Constituições de 1828, 1833 e 1925, até o início do governo militar do General Augusto Pinochet, quando diversos dispositivos alteraram a última carta magna vigente. Trata-se do chamado "período de quebra constitucional", que vai de 11 de setembro de 1973 até 10 de março de 1990. Durante esse regime de exceção, em 1980, foi elaborada uma nova Constituição, que a despeito das 38 leis que, a partir de 1989 começaram a modificá-la, continua vigente até os dias atuais. (CONSTITUCIONES, 2005, p. 7-8).

A Constituição da República do Chile possui os seguintes capítulos: I – Bases da Institucionalidade; II – Nacionalidade e Cidadania; III – Dos Direitos e Deveres Constitucionais; IV – Governo; V – Congresso Nacional; VI – Poder Judiciário; VII – Tribunal Constitucional; VIII – Justiça Eleitoral; IX – Controladoria Geral da República; X – Forças Armadas, de Ordem e Segurança Pública; XI – Conselho de Segurança Nacional; XII – Banco Central; XIII – Governo e Administração do Interior do Estado; XIV – Reforma da Constituição; e Disposições Transitórias. (Ibid., p. 32; 36-37).

Embora, como já abordado no capítulo anterior, a razão precípua da eclosão da crise aqui estudada tenha sido o aumento das passagens de metrô, não demorou muito para que outros anseios surgissem. Entre eles, veio à tona um debate sobre a Carta Magna do Chile. Segundo Dannemann (2019), "a Constituição chilena se converteu num êxito de vendas imediato. Em meio à crise, é atualmente o segundo livro de não ficção mais vendido no país [...]". A jornalista atribui parte das críticas ao

que considera sua “origem ilegítima na ditadura”, pelo fato de ter sido aprovada durante o regime de Pinochet, e elaborada sob a coordenação do jurista Jaime Guzmán, fundador da União Democrática Independiente (UDI).

Ela foi aprovada em plebiscito por 65,71% dos votantes, mas, sem registros eleitorais e com as liberdades públicas restritas, o resultado sempre foi questionado. O grande legado de Pinochet é, para muitos, uma herança ilegítima e, só por esse motivo, deveria ser mudado. (ibid.)

Também são feitas críticas ao fato de que a Carta Magna do país já sofreu diversas emendas. “Houve numerosas emendas à Constituição de 1980, principalmente em temas políticos. Em 1989 introduziu-se uma série de reformas, consensuais entre todos os partidos e aprovadas em plebiscito”. Entretanto, ainda persistem alguns pontos, no texto vigente, que embasam os pedidos de uma nova Constituição, os quais abordaremos a seguir.

O Capítulo III, que se refere aos direitos e deveres constitucionais, discorre, em seu artigo 19, sobre os direitos que a Constituição assegura a todas as pessoas. Entretanto, quando trata de saúde, educação e assistência social e aposentadorias, nos seus parágrafos 9º, 10º e 18º, respectivamente, retira do Estado o papel de principal responsável por prestar essa assistência, colocando-o em uma posição secundária de intervir somente quando o setor privado não possa fazê-lo.

9º. – O Direito à proteção da saúde.

O Estado protege o livre e igualitário acesso às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e de reabilitação do indivíduo.

A ele se atribuirá, da mesma maneira, a coordenação e controle das ações relacionadas com a saúde.

É dever preferencial do Estado garantir a execução das ações relacionadas à saúde, sejam elas prestadas por meio de instituições públicas ou privadas, na forma e condições que determine a lei, a qual poderá estabelecer contribuições obrigatórias.

Cada pessoa terá o direito a escolher o sistema de saúde que deseje adotar, seja este estatal ou privado;

10º. – O direito à educação.

A educação tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa nas distintas etapas da sua vida.

Os pais têm o direito preferencial e o dever de educar seus filhos.

Corresponderá ao Estado outorgar especial proteção ao exercício desse direito.

Para o Estado é obrigatório promover a educação pré-escolar, para o que financiará um sistema gratuito a partir do nível médio menor, destinado a garantir o acesso a este e seus níveis superiores. O segundo nível de transição é obrigatório, sendo requisito obrigatório para o ingresso na educação básica.

A educação básica e a educação média são obrigatórias, devendo o Estado financiar um sistema gratuito com tal objetivo, destinado a garantir o

acesso a elas de toda a população. No caso da educação média este sistema, em conformidade com a lei, se estenderá até completar os 21 anos de idade.

Caberá ao Estado, da mesma maneira, fomentar o desenvolvimento da educação em todos seus níveis; estimular a investigação científica e tecnológica, a criação artística e a proteção e incremento do patrimônio cultural da Nação.

É dever da comunidade contribuir com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação.

[...]

18º. – O direito ao seguro social.

As leis que regulem o exercício deste direito serão de quórum qualificado.

A ação do Estado estará dirigida a garantir o acesso de todos os habitantes ao gozo de prestações básicas uniformes, **sejam elas outorgadas por meio de instituições públicas ou privadas**. A lei poderá estabelecer contribuições obrigatórias.

O Estado supervisionará o adequado exercício do direito ao seguro social. (CONSTITUCIONES, 2005, p. 525; 529, grifo e tradução nossos).

Ainda no artigo 19, no seu parágrafo 16, a proibição ao direito de greve de alguns setores também é um ponto controverso na Constituição chilena.

Não poderão declarar-se de greve os funcionários do Estado nem das municipalidades. Também não poderão fazê-lo as pessoas que trabalhem em corporações ou empresas, qualquer que seja a natureza, finalidade ou função, **que prestem serviços de utilidade pública ou cuja paralização cause grave dano à saúde, à economia do país, ao abastecimento da população ou à segurança nacional**. A lei estabelecerá os procedimentos para determinar as corporações ou empresas cujos trabalhadores estarão submetidos à proibição que estabelece este inciso. (Ibid., p. 529, grifo e tradução nossos).

A população chilena também vê no atual texto da Constituição uma certa falta de poder do Congresso, com um excesso de poderes concentrados no Presidente da República. Seguem, como exemplos, alguns trechos dos artigos 32, 65 e 74:

Art. 32. – São atribuições especiais do Presidente da República:

1º.- **Concordar com a formulação de leis** com alteração na Constituição, sancioná-las e promulgá-las;

2º.- Pedir, indicando os motivos, que se convoque sessão a qualquer das casas do Congresso Nacional. Em tal caso, a sessão deverá ser celebrada na brevidade possível;

3º.- Emitir, após delegação de faculdades do Congresso, decretos com força de lei sobre as matérias que sinaliza a Constituição;

4º.- Convocar plebiscito nos casos do artigo 128¹⁰;

[...]

Art. 65.- As leis podem ter origem na Câmara de Deputados ou no Senado, por mensagem que dirija o Presidente da República ou por moção de qualquer de seus membros.

[...]

¹⁰ Projetos de lei de reforma constitucional aprovados por ambas as casas do Congresso.

Caberá ao Presidente da República a iniciativa exclusiva dos projetos de lei que tenham relação com a alteração de divisão política ou administrativa do país, ou com **a administração financeira ou orçamentária do Estado, incluindo as modificações da Lei de Orçamentos**, e com as matérias assinaladas nos números 10 e 13 do artigo 63¹¹.

Caberá, da mesma maneira, ao Presidente da República a iniciativa exclusiva para:

1º. Impor, suprimir, reduzir ou perdoar tributos de qualquer classe ou natureza, estabelecer isenções ou modificar as existentes, e determinar sua forma, proporcionalidade ou progressão.

[...]

6º. **Estabelecer ou modificar as normas sobre seguro social ou que incidam nela, tanto do setor público como do setor privado.**

O Congresso Nacional só poderá aceitar, diminuir ou recusar os serviços, empregos, emolumentos, empréstimos, benefícios, gastos e demais iniciativas sobre a matéria que proponha o Presidente da República.

[...]

Art. 74.- **O Presidente da República poderá apresentar a urgência no despacho de um projeto**, em um ou em todos os seus trâmites, e em tal caso, a Câmara respectiva deverá pronunciar-se dentro do prazo máximo de trinta dias.

A qualificação da urgência caberá ao Presidente da República de acordo com a lei orgânica constitucional relativa ao Congresso, a qual estabelecerá também todo o relacionado com a tramitação interna da lei. (Ibid., p. 539; 561-562; 565, grifo e tradução nossos).

O artigo 66 também é polêmico, porque estabelece os quóruns necessários para aprovação, modificação ou revogação das normas legais, conforme o caráter que tenham. As mais simples requerem apenas a maioria dos membros presentes de cada Câmara; as que são consideradas de quórum qualificado requerem a maioria simples dos deputados ou senadores **em exercício** (independentemente do número de presentes).

Já as normas legais de caráter de lei orgânica constitucional, e as que interpretem preceitos constitucionais só serão aprovadas, modificadas ou revogadas mediante os votos de **quatro sétimos e três quintos, respectivamente, considerando o efetivo de deputados ou senadores em exercício**, o que é considerado como um quórum quase impossível de se atingir. (Ibid., p. 562-563).

Dannemann (2019) afirma que “o Tribunal Constitucional (TC) tem tamanho poder que foi denominado “terceira câmara”. Isso porque os artigos 92, 93 e 94 lhe conferem o poder “pronunciar-se sobre a constitucionalidade de tratados internacionais e certas leis, antes de sua promulgação ou durante sua tramitação”. Ressalta ainda que não pode haver apelação às suas decisões, e que por isso as bancadas recorrem ao TC para embargar ou eliminar projetos da oposição ou contrários aos seus interesses.

¹¹ Referem-se à alienação de bens estatais e normatizações relativas às Forças Armadas.

Com base nesses e outros pontos da Constituição, a população que foi às ruas, a partir de outubro de 2019, percebeu que seria impossível que seus anseios fossem atendidos enquanto esse conjunto de leis estivesse vigente. Com isso, ganhou adeptos no cenário nacional o movimento pela elaboração de uma nova Constituição.

Entretanto, a própria Constituição dificulta muito uma reforma tão ampla, pois o artigo que regula, em seu capítulo XV, as reformas constitucionais, exige quóruns praticamente impossíveis de se atingir, à semelhança de outros aqui já apresentados.

Art. 127.- Os projetos de reforma da Constituição poderão ser iniciados por mensagem do Presidente a República ou por moção de qualquer dos membros do Congresso Nacional, com as limitações assinaladas no inciso primeiro do artigo 65.

O projeto de reforma necessitará para ser aprovado em cada Câmara de três quintos dos deputados e senadores em exercício. Se a reforma recair sobre os capítulos I, III, VIII, XI, XII ou XV, necessitará em cada Câmara da aprovação de dois terços dos deputados e senadores em exercício.

No previsto nesse capítulo, serão aplicáveis à tramitação dos projetos de reforma constitucional as normas sobre formação da lei, devendo respeitar-se sempre os quóruns assinalados no inciso anterior. (CONSTITUCIONES, 2005, p. 594, grifo e tradução nossos).

Dessa maneira, a única forma de se realizarem essas mudanças seria com um grande acordo. E ele aconteceu. Em um momento histórico para a democracia do país, congressistas da base governista e opositores chegaram a um consenso que permitiu aprovar, em 19 de novembro de 2019, a realização de um plebiscito no qual os chilenos vão decidir se será elaborada uma nova Constituição e se em caso positivo, de que maneira isso será feito.

O Congresso do Chile chegou a um acordo durante a madrugada de ontem, 15, para realizar, em abril de 2020, um plebiscito sobre uma nova Constituição que substituirá a atual, vigente desde a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), após quase um mês de confrontos em diversos pontos do país.

Depois de horas de intensas negociações, os principais partidos da oposição e a coalizão do governo firmaram um "acordo pela paz e a nova Constituição", no qual se comprometem a convocar o plebiscito.

Segundo o acordo, necessário para modificar a atual Carta Magna, será promovida a realização de uma consulta em abril de 2020 para responder a duas perguntas: se a população quer ou não uma nova Constituição e que tipo de órgão deve redigir o documento, uma "Assembleia Mista Constitucional" ou uma "Assembleia Constitucional", explicou o presidente do Senado, Jaime Quintana, membro do opositor Partido pela Democracia.

A Assembleia Mista Constitucional, impulsionada pelos partidos da coalizão do governo direitista, seria formada por 50% de cidadãos eleitos para isso e 50% de parlamentares em exercício, enquanto a Assembleia Constitucional, promovida pelos partidos da oposição, teria todos seus integrantes eleitos especificamente para isso.

A eleição dos membros de uma ou outra instância será realizada em outubro de 2020, coincidindo com as eleições regionais e municipais sob voto voluntário. Mas o voto para a nova Constituição, se o projeto for aprovado no plebiscito, será obrigatório.

O acordo de ontem foi aprovado em um Congresso no qual nenhuma das forças políticas conta com os dois terços necessários para fazer qualquer modificação na Constituição e após quase um mês de violentos protestos que deixaram 22 mortos e milhares de feridos e detidos.

O passo foi recebido com euforia pelo mercado após quase um mês de crise social, mas não foi suficiente para evitar uma nova manifestação. "O acordo por uma nova Constituição é histórico e uma notícia muito boa (...). Hoje foi definitivamente despejada a Constituição de Pinochet. Há trabalho pela frente", disse Jaime Bassa, professor de Direito na Universidade de Valparaíso. (ESTADÃO DE MINAS, 2019).

3.2 OS PARTIDOS POLÍTICOS DO CHILE

Os partidos políticos e o sistema eleitoral chilenos também são produtos da Constituição de 1980. Esse sistema prevê a eleição presidencial em dois turnos, caso nenhum candidato atinja mais da metade dos votos no primeiro. Desde 1988, os diferentes partidos políticos passaram a se agrupar em coalizões, que unem partidos com posições políticas aproximadas. Nesse contexto, a coalizão de centro-esquerda elegeu o primeiro presidente após a redemocratização, e foi capaz de substituir um após o outro, por mais de vinte anos. A estratégia que permitiu essa hegemonia foi a de apresentar nas sucessivas eleições, desde o primeiro turno, um candidato único, escolhido seja por consenso, eleições primárias ou até pela renúncia de outro candidato. Com isso, pretendia evitar desgastes internos que pudessem fortalecer a oposição. (GÁRATE, 2007).

Essa coalizão de centro-esquerda recebeu o nome de *Concertación de Partidos por la Democracia*¹², popularmente conhecida apenas como *Concertación*. Ela foi fundada por 17 partidos, sob o nome original de *Concertación por el "no"*, com o propósito de pôr fim ao regime ditatorial de Pinochet, por meio do voto pelo "não", no plebiscito de 1988. Dentre os partidos fundadores, os mais importantes foram o Partido Demócrata Cristão, o Partido Radical Demócrata, o Partido pela Democracia e o Partido Socialista do Chile. Em 2010, houve uma fissura na coalizão, e dois candidatos de esquerda se apresentaram no primeiro turno, dividindo o eleitorado e culminando com a primeira derrota da centro-esquerda no novo período democrático do país.

¹² Concertação de Partidos pela Democracia.

Fruto disso, nas eleições seguintes, surgiu a *Nueva Mayoría*, que abarcou o grosso da *Concertación*, mais o Partido Comunista do Chile e a Esquerda Cidadã, além de outros movimentos de menor expressão, apresentando Michelle Bachelet como a principal candidata da esquerda, tornando possível sua volta ao cargo de Presidente em 2014. A *Nueva Mayoría* defendeu em sua campanha as reformas tributária, educacional e constitucional, prometendo reduzir a desigualdade social no país.

Do lado oposto, em 1988 a direita chilena se organizou politicamente para tentar opor-se à *Concertación*, formando a *Democracia y Progreso*¹³, tendo por base os partidos Renovação Nacional (RN) e União Democrática Independente (UDI), que tentou, sem sucesso, eleger como primeiro presidente do período democrático o ex-ministro da fazenda de Pinochet. Em sua trajetória, mudou de nome algumas vezes e tornou-se *Alianza por Chile*¹⁴, no fim dos anos 1990. Essa coalizão se dividiu na eleição presidencial de 2005, quando o RN e a UDI apresentaram cada um seus candidatos, facilitando a vitória de Michelle Bachelet em 2006.

Para as eleições de 2009, se transformou na *Coalición por el Cambio*¹⁵, ao incorporar movimentos como o *Chile Primero*, levando a direita pela primeira vez à Presidência do Chile, com Sebastián Piñera. Dentro de seus princípios programáticos estava representar os chilenos, comprometidos com um governo de unidade nacional, de excelência na gestão, de progresso e participação para todos. Além disso, propôs “uma nova forma de governar, que restabeleça na sua plenitude a cultura de um trabalho bem feito, e honesto e que atue em proximidade com o povo.

Após perder as eleições de 2014, em 2018 foi a vez da direita se reinventar, numa nova versão da *Coalición por el Cambio*. A *Chile Vamos* se formou com a adesão do Partido Regionalista Independiente (PRI) e do Partido Evolução Política, e logrou mais uma alternância no cargo de mandatário do país. As bases do discurso eleitoral foram a realização de acordos nacionais, com mudanças duradouras e eficazes; fortalecimento das instituições políticas e uma pauta conservadora no que se referiu à família.

Somente nos últimos anos, o Serviço Eleitoral chileno passou a registrar um aumento considerável nos pedidos de registro de novos partidos políticos, o que já

¹³ Democracia e Progreso.

¹⁴ Aliança pelo Chile.

¹⁵ Coalizão pela Mudança.

poderia ser uma sinalização de que o binômio direita-esquerda talvez já não estivesse agradando tanto assim. Outro indício de que algo não estava bem com os partidos políticos do país foram as baixas adesões às eleições, uma vez que no Chile o voto não é obrigatório. (BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, 2016).

Assim, percebemos que a história política recente do Chile é caracterizada pela polarização entre uma direita baseada em dois partidos principais; e uma centro-esquerda, com amplo espectro ideológico, porém unificada no propósito eleitoral e detentora de uma história de luta pela redemocratização. Essa divisão em dois lados opostos e definidos pode ser entendida como consequência da prática de formação de coligações, que se mostraram fundamentais para a vitória eleitoral. Entretanto, o baixo índice de comparecimento às urnas permite inferir-se que, já há algum tempo, o povo chileno pode não estar sentindo-se representado pela classe política.

3.3 OS ÚLTIMOS PRESIDENTES

Nos últimos 20 anos, o Chile teve apenas 3 presidentes. Isso porque Ricardo Lagos assumiu em 2000 e ficou no cargo por 6 anos – o último a ter um mandato dessa duração – e depois Michelle Bachelet e Sebastián Piñera se revezaram com duas eleições cada um. Nesta seção, focaremos nesses últimos dois presidentes.

3.3.1 Primeiro mandato de Michelle Bachelet: 2006 a 2010

Michelle Bachelet Jeria é divorciada, profissional independente e chefe de família, tendo cursado colégio e universidade públicos. Filha de um general da Força Aérea, acabou se distanciando do meio militar devido suas próprias posições políticas e pela perseguição sofrida pelo pai, morto por não apoiar o governo de Pinochet. Nunca desempenhou nenhum cargo público relevante até assumir o Ministério da Saúde do governo de seu antecessor, o esquerdista Ricardo Lagos. (GÁRATE, 2007).

A sociedade chilena, muito conservadora, estranhou uma mulher ocupando um ministério de tamanha importância, principalmente por tratar-se de uma integrante da esquerda do Partido Socialista. Tendo ela dedicado muito tempo aos estudos de defesa, Lagos entendeu que estava preparada para, em 2002, assumir o cargo de Ministra da Defesa, aproveitando para sinalizar que uma mulher civil poderia ocupar

tal cargo, sendo superiora direta dos chefes militares do país, o que representava, no seu entendimento, o término da transição democrática do país. (Ibid.).

O fato de assumir uma pasta tão importante já seria suficiente para projetar a imagem de Bachelet no país. Entretanto, sua popularidade disparou quando, naquele mesmo ano, Santiago sofreu uma inundação e ela própria assumiu a coordenação dos trabalhos de resgate. A sua imagem em cima de um blindado do exército, fardada e distribuindo ordens aos militares lhe deram a fama de ser a mulher empoderada que gerenciava a crise e impunha sua autoridade. (Ibid.).

Bachelet candidatou-se então, em 2005, à Presidência da República pela *Concertación*, tendo a seu favor mais o retrospecto pessoal – de vítima de perseguição política nos tempos da ditadura e de representante das mulheres e minorias – do que uma trajetória política brilhante. As principais pautas de sua campanha eram: maior participação da sociedade nas decisões políticas; igualdade de gênero na administração pública; e principalmente, a reforma do sistema previdenciário. Esse ponto era visto como o mais sensível, uma vez que dependeria de boa parte da oposição para ter os quóruns considerados impossíveis, conforme já vimos. (Ibid.).

No segundo turno das eleições, em 2006, defrontou-se com Sebastián Piñera, da *Alianza por Chile*, empresário representante da direita, o qual derrotou, tornando-se a primeira Presidente mulher da República do Chile. (Ibid.).

Logo que assumiu o cargo, Bachelet passou a formar comissões compostas por especialistas, figuras públicas e ONGs para colaborarem com a formulação de projetos de leis em temas importantes. O que para ela poderia ser a promessa de maior participação da sociedade, foi motivo de críticas ao que se considerava incapacidade política e falta de um programa de governo definido. (Ibid.).

A essas críticas se somavam também àquelas referentes ao atraso do início da operação do plano de sistema de transporte público da capital, proposto pelo governo anterior para fevereiro de 2007; escândalos de corrupção no Ministério de Obras Públicas; problemas ambientais; e a forte oposição política que passou a dificultar os consensos para enfraquece-la politicamente, visando a eleição seguinte. (Ibid.).

As condições em que Bachelet recebeu o país eram muito boas. Além de herdar a alta popularidade de Lagos, o crescimento médio estava em 4,7% e o cobre com o preço mais alto da história, o que gerou condições para realizar investimentos na agenda social. Porém isso também começou a alimentar altas expectativas por parte dos sindicatos e agremiações chilenos. Já no primeiro semestre de 2006,

movimentos estudantis provocaram a queda do Ministro da Educação e levaram Bachelet a formar uma comissão para trabalhar na reforma do sistema educacional que não havia mudado desde o fim do regime militar. (Ibid.).

Em outubro do mesmo ano, Bachelet enfrentou outro problema. A imprensa divulgou escândalos de desvio de recursos destinados a programas sociais para campanhas políticas de correligionários da coalizão de partidos do governo, bem como de valores da conta de gastos reservados da Presidência. Mesmo estando claro que se tratava de acusações referentes a administrações anteriores, era inevitável o desgaste do governo vigente, uma vez que toda a esquerda passou a ser vista como integrante de uma “ideologia de corrupção”. (Ibid.).

Com essas crises em marcha, outras importantes pautas, como a reforma previdenciária foram relegadas a segundo plano. (Ibid.).

Por outro lado, Pérez (2009), ao fazer um balanço do primeiro mandato de Bachelet, pontua que a reação do governo à crise global de 2008 foi rápida, e só foi possível pelo acúmulo de ganhos com a disparada do cobre nos anos anteriores. Logo no início de 2009, foram implementados um plano de combate ao desemprego, um programa de investimentos em infraestrutura e na estatal Codelco (Corporação Nacional do Cobre); e alguns meses depois, estímulos na área de construção civil e de criação de empregos para jovens.

Ademais, Bachelet teve reservas suficientes para manter ativos seus projetos na área social e de redução da pobreza e educação infantil. A tudo isso pode ser atribuída a manutenção da alta popularidade da Presidente, a despeito dos escândalos e manifestações do início do mandato, com a ressalva de que as eleições municipais de outubro de 2008 já apresentavam um cenário menos favorável à esquerda. Mesmo assim, as desigualdades continuaram sendo a principal característica da sociedade chilena, como apontavam o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e uma pesquisa do Instituto Nacional de Estatística (INE). (Ibid.).

3.3.2 Primeiro mandato de Sebastián Piñera: 2010 a 2014

A eleição de Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique, primeiro presidente chileno de direita, desde o fim do governo militar de Pinochet, é caracterizada por Castiglioni (2010) como uma “derrota histórica” da “*Concertación*”.

Em sua análise, a diretora da Escola de Ciência Política Diego Portales identifica como um dos fatores para esse desfecho a competição interna da coligação de centro-esquerda, que tardou para definir entre Eduardo Frei e Marco Enríquez-Ominami qual seria seu candidato à Presidência, já que no Chile não existe a reeleição. Além disso, a coligação de esquerda “*Juntos Podemos*” também lançou um candidato próprio, Jorge Arrate, dividindo o eleitorado.

Em contrapartida, a “*Coalición por el Cambio*” definiu-se por Piñera como único representante da direita, demonstrando ter colhido ensinamentos da derrota anterior, em 2005, quando ainda era a *Alianza por Chile*. Sua campanha focou na necessidade de alternar a posição ideológica e promover uma mudança política no país, adotando como lema da campanha “*Súmate al Cambio*”¹⁶. Além disso, incorporou temas relativos aos costumes em sua agenda de mudanças, sinalizando a intenção de formalizar os direitos relativos a uniões estáveis, incluindo-se as entre pessoas do mesmo sexo, o que certamente atraiu eleitores com posturas um pouco mais progressistas com relação a esse tema. Um terceiro vetor importante de sua campanha foi a temática da segurança pública. (Ibid.).

Após o primeiro turno, Piñera e Frei seguiram para o segundo turno em 17 de janeiro de 2010, no qual o candidato de direita, confirmando o que as eleições legislativas coincidentes com o primeiro turno sinalizaram, foi eleito Presidente da República do Chile. (Ibid.).

O centro de estudos e investigação privado Libertad & Desarrollo (2014) produziu uma análise do governo de Piñera em seu primeiro mandato, sob vários aspectos. No que se refere ao crescimento, o país se desenvolveu mais que a América Latina e o Caribe no período, recuperando-se dos anos anteriores em que houve um cenário de crise no mercado internacional, voltando ao padrão de crescimento histórico do país, em torno dos 5% ao ano.

Quanto ao emprego, foram quase um milhão de novos postos de trabalho criados entre 2010 e 2014, com destaque para o emprego feminino. Houve um aumento de 14% na remuneração média, além de melhoras qualitativas, como um aumento na proporção de empregos formais e duração dos contratos. Por outro lado, Piñera não foi capaz de estabelecer um modelo institucional de discussão sobre o

¹⁶ Junte-se à Mudança.

salário mínimo, tema que naquela época já tinha relevância na discussão política do país. (Ibid.).

A segurança pública, um dos grandes temas de sua campanha, apresentou sinais de melhora nas estatísticas, mas nada a ponto de ser realmente sentido pela população como um grande sucesso. (Ibid.).

No que se refere ao combate à pobreza, Piñera criou o Ministério de Desenvolvimento Social para gerir um programa de assistência social voltado à renda familiar, que projetou uma diminuição da pobreza a longo prazo. (Ibid.).

A educação foi um dos temas mais controversos para o primeiro mandato de Piñera, uma vez que diversos protestos estudantis foram realizados, pedindo o fim da exploração lucrativa do setor e a gratuidade da educação. Apesar disso, de acordo com o estudo citado, Piñera aumentou os investimentos em educação, dedicando a ela 20% do total do orçamento público, colocando o Chile entre os membros da OCDE que mais investe nela. Entretanto, alguns projetos não avançaram, como a reformulação do sistema de admissão no nível superior. (Ibid.).

A saúde foi um aspecto que apresentou poucos avanços nesse governo. Piñera tentou intervir no sistema dos planos de saúde, mas não obteve sucesso, uma vez que se considerou que suas propostas tenderiam a sobrecarregar o sistema público. Esse, por sua vez, não foi contemplado por nenhum programa ou política especial, contribuindo para a continuidade dos mesmos problemas no setor, existentes há muito tempo. (Ibid.).

3.3.3 Segundo mandato de Michelle Bachelet: 2014 a 2018

Alguns meses após o término de seu primeiro mandato, “Bachelet tornou-se a primeira diretora-executiva da ONU Mulheres, a nova agência das Nações Unidas para a igualdade de gênero”, regressando ao Chile para candidatar-se ao segundo mandato. Na sua campanha, adotou como principais propostas as reformas constitucionais e educacionais, abarcando temas do movimento estudantil. Além disso, inseriu no seu programa questões ambientais e indígenas, além de pautas progressistas, como direitos de homossexuais e uma proposta de nova lei do aborto. (REYES, 2013).

As eleições presidenciais de 2013 foram marcadas pela alta abstenção, uma vez que pouco mais de 40% dos eleitores registrados compareceram às urnas. Dos

votantes, cerca de 62% escolheram pelo retorno da ex-presidente, contra a candidata da situação. O crescimento econômico, marca do governo antecessor, não foi páreo para a popularidade da ex-Presidente, que saíra de seu primeiro mandato com cerca de 80% de aprovação. Mais do que as propostas políticas, sua personalidade foi decisiva para o desfecho das eleições. (AFP, 2017b).

Muitos chilenos consideram que houve avanços importantes nesse período. “Reformas trabalhista, tributária e da educação - esta última pretende implantar a gratuidade dos estudos universitários para pelo menos 70% dos estudantes sem recursos até o próximo ano, são as estrelas de seu pacote de mudanças”. (Ibid.).

Bachelet também tentou melhorar o historicamente problemático sistema de aposentadorias, mas as propostas realizadas desagradaram praticamente a todos os setores da sociedade. (Ibid.).

Podem ser elencadas, ainda, melhoras no sistema eleitoral, de financiamento dos partidos, a regulação financeira e a administração das empresas, além do sistema energético, investindo em produção de energia limpa, particularmente eólica e solar. No campo social, a pauta progressista foi atendida, incluindo a aprovação do aborto terapêutico e a união homossexual. (Ibid.).

Entretanto, duas questões de extrema relevância para o povo chileno continuaram sem solução ao fim do seu segundo mandato: a reforma constitucional e a melhora do sistema de saúde pública, que é utilizado majoritariamente pelas classes de renda mais baixa. (Ibid.).

No seu segundo mandato, Bachelet teve que lidar com dois problemas marcantes. O primeiro deles foi a queda do preço do cobre no mercado internacional, o que impactou sobremaneira a economia. Ironicamente, como já visto anteriormente, seu primeiro mandato havia sido beneficiado justamente pelo inverso, o alto preço desse metal nos anos anteriores. (Ibid.).

O segundo, e que provocou mais danos, foi um escândalo de corrupção envolvendo seu filho e sua nora, o que fez sua popularidade – maior ativo político de Bachelet – cair e nunca mais voltar ao patamar de quando foi eleita. (Ibid.).

3.3.4 Mandato atual de Sebastián Piñera

O segundo (e atual) mandato de Piñera se iniciou em março de 2018. A perda da popularidade de Bachelet, aliadas à percepção de que as reformas que a centro-

esquerda tentou realizar teriam sido insuficientes, foram preponderantes para o resultado. Porém, é inevitável a constatação de que, mais uma vez, a fragmentação da esquerda chilena levou a direita ao governo. (OMINAMI, 2018).

É claro que uma frente entre o centro e a esquerda unida desde o início do processo teria possibilitado um resultado melhor e até mesmo – por que não? – uma vitória. No entanto, prevaleceu a dispersão. Foi uma espécie de suicídio cujo resultado era previsível. O aspecto patológico do caso é que algo muito semelhante já havia ocorrido nas eleições presidenciais de 2009. Naquela ocasião, a soma dos votos direcionados ao centro e à esquerda (Eduardo Frei, Enríquez-Ominami e Jorge Arrate) alcançou 55%, mas, por uma estreita margem, Piñera se impôs no segundo turno. O resultado de 2017 é uma história que se repete, um segundo suicídio em benefício, em ambos os casos, do mesmo candidato: Piñera. (Ibid.).

O cenário econômico ruim pode explicar, também, a preferência dos eleitores por Piñera nessas eleições, uma vez que esse aspecto foi um dos pontos altos do seu primeiro mandato. Ominami (2018) também observa que Piñera surpreendeu até mesmo seus opositores quando governou o país pela primeira vez, ao manter e até mesmo avançar em algumas das conquistas sociais obtidas pela oposição.

Tendo tomado posse em março de 2018, Piñera aceitou as críticas à sua primeira administração, e prometeu recuperar a economia e focar na classe média do país. Procurou, desde o início do novo mandato, promover acordos em áreas nas quais os diferentes espectros políticos concordavam ser prioritárias, como a infância, a segurança pública, a saúde e a atenção aos direitos dos povos autóctones. (LA TERCERA, 2020).

Entretanto, o atual governo adotou uma agenda pró-crescimento considerada controversa, e o fato de não possuir a maioria do legislativo comprometeu a aprovação de projetos relevantes. Nada se comparado à crise objeto desse estudo, que agravou a temática da segurança pública, um dos carros-chefes da agenda de Piñera, e trouxe ao primeiro plano da política nacional as questões sociais, culminando com um processo constituinte. (Ibid.).

A história do segundo mandato de Piñera ainda está sendo escrita, tendo como plano de fundo meses de protestos que fizeram sua aprovação despencar. Trata-se da maior crise política desde a redemocratização, que tirou o Chile de sua posição de exemplo de desenvolvimento econômico na região, para a de um país convulsionado internamente. (Ibid.).

4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Após a identificação dos aspectos estruturais e da conjuntura do Chile, no contexto da crise estudada, bem como a apresentação dos aspectos políticos do passado recente nesse país, podemos agora estabelecer em que medida eles se relacionam com a realidade da sociedade chilena.

O presente capítulo se destinará à apresentação dos aspectos socioeconômicos que mais influenciaram para o “estallido social” de 2019. Trata-se dos fatores diretamente relacionados com a qualidade de vida da população, com destaque para o sistema previdenciário, a desigualdade social, a saúde pública, o Índice de Desenvolvimento Humano e a educação pública, entre outros aspectos.

4.1 SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Como visto anteriormente, uma das reformas realizadas pelo governo de Augusto Pinochet foi quanto ao sistema previdenciário do país. Diferente do modelo tradicional de previdência social público comum à maioria dos países, no qual os trabalhadores contribuem com o governo ao longo da vida laboral para receberem suas aposentadorias após o tempo de contribuição previsto em lei, o Chile adotou o sistema de capitalização.

Aos 30 anos, em 1978, o economista José Piñera assumiu o Ministério de Trabalho e Previdência Social do Chile. Em meio à brutal ditadura de Augusto Pinochet, Piñera teve autonomia para aplicar conceitos abstratos aprendidos na Universidade de Chicago, onde concluíra seu doutorado poucos anos antes.

Sob o comando de José Piñera¹⁷, o Chile adotou o sistema de Previdência Social mais famoso do mundo, inspirador de reformas em dezenas de países. Os trabalhadores chilenos passaram a enviar compulsoriamente parte dos seus salários a fundos de investimentos, que administram o dinheiro até a aposentadoria. Cada cidadão para de trabalhar recebendo o que ele mesmo poupou ao longo da carreira – e não aquilo que os trabalhadores na ativa geram, como acontece nos sistemas tradicionais. Até aquele momento da história, nenhum país tinha ido tão longe na aplicação desse modelo de contas individuais, conhecido como “capitalização”.

De acordo com documentos oficiais, na manhã de 14 de outubro de 1980, José Piñera sentou-se ao lado de Pinochet para explicar sua proposta de reforma da Previdência. O chefe ouviu e respondeu: “Acho esse sistema maravilhoso; deve ser implementado imediatamente”. E assim ocorreu, sem maiores debates. (MENEZES, 2019).

¹⁷ Irmão de Sebastián Piñera, atual presidente do Chile.

O modelo de aposentadoria chileno, gerido pelas Administradoras de Fundos e Pensões (AFPs), à primeira vista parece ser muito interessante, uma vez que cada trabalhador seria responsável pelo financiamento de sua própria aposentadoria, o que, em tese, parece ser mais justo. Além disso, esse modelo evita problemas como o que o Brasil passa atualmente, quando a população mais jovem diminui e, proporcionalmente, a população mais velha aumenta, causando um problema para o sistema previdenciário, quando os benefícios a serem pagos são superiores à arrecadação.

O sistema de pensão chileno tem atraído justificado interesse internacional e com toda a razão. É claro, em primeiro lugar, há o aspecto pioneiro de se transferir do sistema “pay-as-you-go”¹⁸ para um baseado na capitalização individual, o qual é sustentável no tempo e consistente com o processo de envelhecimento rápido e irreversível da população. Somado a isso, há a performance positiva dos fundos de pensão durante mais de duas décadas de operação, a redução da taxa de contribuição para metade do seu nível anterior, com o conseqüente aumento do salário líquido e da produtividade da força de trabalho e o impacto significativo dos fundos de pensão para o desenvolvimento do mercado de capitais chileno e para os níveis de poupança, investimento e crescimento do país.

O sistema de pensões chileno baseia-se na capitalização de contribuições de seguro social em contas individuais, na gestão profissional de recursos das Administradoras de Fundos de Pensões privadas, dedicados exclusivamente para esse fim, na propriedade individual das contribuições e em um sistema segundo o qual os processos de cobrança, investimento e pagamento são estritamente regulamentados e supervisionados. Os princípios descritos acima foram incluídos nas reformas de seguro social aprovadas em dezenas de países nas últimas duas décadas e deram origem ao que é cada vez mais conhecido como o “modelo chileno” de previdência social nas pensões. (SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRADORAS DE FONDOS DE PENSIONES, 2003, tradução nossa).

Entretanto, cerca de três décadas depois da implantação desse sistema, quando os primeiros trabalhadores começaram a se aposentar integralmente sob o novo modelo, a sociedade chilena se surpreendeu com os valores extremamente baixos pagos pelas administradoras. “90,9% recebem menos de 149.435 pesos (cerca de R\$ 694,08) [...]. O salário mínimo do Chile é de 264 mil pesos (cerca de R\$ 1,226.20)”. Uma explicação para isso pode estar no fato de que as AFP são obrigadas a cobrir taxas de retorno de investimentos baixas, o que acabou gerando uma uniformização dos benefícios pagos, deixando os trabalhadores sem boas opções de escolha entre elas. Isso é uma das maiores causas de descontentamento

¹⁸ Pague ao longo da vida. Sistema adotado pela maioria dos países, a exemplo do Brasil.

entre os chilenos, que entendem que as AFP se valem das contribuições para enriquecerem, enquanto o retorno para o trabalhador é extremamente baixo. (REVERBEL, 2017).

Norma Ojeda é professora aposentada, tem 76 anos e vive em San Bernardo, no sul da capital chilena, com seu marido doente. Trabalhou ininterruptamente durante 38 anos na educação municipal, e seu último salário, em 2005, foi de 680.000 pesos (3.450 reais). Quando recebeu sua primeira pensão, lhe saltaram as lágrimas: era menos de um terço da sua remuneração da ativa. “Mas depois não chorei mais: a dignidade acima de tudo”, conclui. Sua realidade não é de forma alguma uma exceção: desde a conversão do sistema de pensões a um de capitalização individual – em 1981, obra também de José Piñera – cada pessoa faz um esforço individual de economia e, ao terminar sua vida profissional, recebe uma pensão em função do dinheiro que conseguiu acumular e da perícia das administradoras privadas. O resultado da reforma foi uma queda sucessiva no valor das pensões, muito longe dos níveis prometidos há 40 anos. Apesar das reformas introduzidas já na democracia, os pensionistas continuam sofrendo os rigores de uma reviravolta radical no sistema que está na origem do descontentamento de amplas camadas da sociedade. (MONTES; FARIZA, 2019).

Além disso, conforme publicou Menezes (2019), cada trabalhador só é obrigado a capitalizar um mínimo de 10 a 12% do seu salário. Esse percentual baixo, associado ao fato de que muitos trabalhadores passam a maior parte da vida na informalidade, concorrem para que as aposentadorias pagas acabem sendo pírias. “Quase metade ganha menos do que o salário mínimo brasileiro, apesar de morarem num país consideravelmente mais rico que o nosso”.

É verdade que a questão da informalidade é um problema seja qual for o modelo de aposentadorias que se adote. Porém, algo que os manifestantes citavam recorrentemente era o contraste entre a realidade aqui descrita, e a visão que se tem, de outros países, do modelo chileno como um exemplo de sucesso. (Ibid.).

4.2 DESIGUALDADE SOCIAL

Uma boa parte do descontentamento da sociedade chilena pode ser creditada à enorme desigualdade social que existe no país, que tem uma classe alta formada por poucas dezenas de famílias, em contraste com quase toda a população chilena, que só tem acesso aos bens de consumo por meio de endividamento.

Quando se fala em desigualdade social, mais uma vez a frieza dos números e dos indicadores não reflete a realidade da sociedade chilena. A política

macroeconômica com boa reputação no mercado internacional e a maior renda per capita da América Latina, superior a 20 mil dólares, escondem a maior desigualdade da região. (AFP, 2019).

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), “a parcela de 1% mais rica da população chilena manteve 26,5% da riqueza do país em 2017, enquanto 50% das famílias de baixa renda representavam apenas 2,1% da riqueza líquida”. (BBC, 2019).

Segundo o Relatório da Desigualdade Global, produzido pela Escola de Economia de Paris, o 1% mais rico fica com 23,7% da renda chilena, percentual que só é maior em dois países: Brasil (28,3%) e Catar (29%). De acordo com dados do economista Branko Milanovic, os 2% mais ricos do Chile têm renda próxima à dos 2% mais ricos da Alemanha. No outro extremo, os 5% mais pobres do Chile têm renda per capita próxima à dos 5% mais pobres da Mongólia.

O Estado chileno está entre os que menos redistribuem renda entre os países da OCDE. A arrecadação é concentrada nos impostos sobre o consumo, que incidem sobre os mais pobres, e não nas taxas sobre renda e lucro, que os mais ricos pagariam. (MENEZES, 2019).

Essa questão sobre taxação concentrada no consumo levou o governo e a oposição a um acordo para que seja realizada uma reforma tributária, como reação aos protestos de outubro de 2019, por meio de um projeto que há anos estava parado no Congresso. A ideia é que se crie uma faixa de imposto de renda de 40%, destinada a quem tenha renda equivalente a cerca de 10.600 dólares, com o propósito de obter uma arrecadação de 200 milhões de dólares.

Diretamente relacionado com a desigualdade está o tema do salário mínimo. Piñera anunciou, em seu discurso de 22 de outubro de 2019, que estabelecerá um salário mínimo de 350 mil pesos mensais, garantido por meio de subsídios estatais. Mesmo assim, as organizações sociais e sindicais ainda exigem um salário mínimo de 500 mil pesos (670 dólares) mensais para todos os trabalhadores. (ROMERO, 2019).

4.3 SAÚDE PÚBLICA

O sistema de saúde chileno é composto por um modelo misto, que tem de um lado o Fundo Nacional de Saúde (Fonasa), público, e do outro as *Instituciones de Salud Previsional* (Isapres), que são planos privados. Uma pesquisa de nível nacional

no Chile apontou que 80% da população chilena é atendida pelo Fonasa, enquanto menos de 20% tem acesso ao sistema privado das Isapres.

As Instituições de Saúde Previsional (Isapres) são entidades privadas que funcionam baseadas em um esquema de seguros, os quais são facultados para receber e administrar a contribuição obrigatória de saúde (7% dos rendimentos tributáveis) dos trabalhadores e pessoas, que livre e individualmente optaram por elas no lugar do sistema de saúde estatal (FONASA). Por meio dessas contribuições as Isapres garantem a prestação dos serviços médicos e o pagamento de seguro em caso de afastamento do serviço por questões médicas. Estas prestações de serviços de saúde são realizadas por meio da contratação de serviços médicos financiados por Isapres.

As Isapres foram criadas em 1981 em virtude da decretação da DFL N ° 3 do Ministério da Saúde e desde o ano de 2005 são supervisionadas pela Superintendência de Saúde. Atualmente oferecem serviços de financiamento da saúde a 19% da população do Chile e permitiram a expansão da atividade médica privada no país e o aumento do investimento em clínicas, centros médicos, laboratórios, entre outros. (ISAPRES DE CHILE, 2020).

Logicamente, e de maneira análoga ao que ocorre em nosso país, o sistema público é muito inferior, e apresenta problemas como quantidade insuficiente de hospitais e especialistas; atenção primária e medicina preventiva ineficazes e listas de espera para atendimento que chegam a 2 milhões de pessoas. No que diz respeito às entidades privadas, suas avaliações também não são as melhores possíveis, com reclamações de preços altos dos planos, baixa cobertura, exigências quanto a doenças preexistentes e acessos restritos a centros de saúde. Em 2018, o presidente Piñera já reconhecia em um discurso que mais de $\frac{3}{4}$ da população não estava satisfeita com a gestão da saúde no país, incluindo o atendimento dos cobertos pelas Isapres. (DIARIO ANDINO, 2019).

Nesse cenário, a questão do acesso ao atendimento de saúde reforçou o coro das manifestações que eclodiram no país em 2019. Uma jovem protestava com um cartaz que dizia: “Por você, mamãe... que foi chamada para a cirurgia quando a velávamos”. Álvaro Erazo, que foi ministro da saúde de Michelle Bachelet imputa a responsabilidade dessa situação ao governo militar de Pinochet, que desmontou o sistema estabelecido nos anos 1950 para implantar o modelo neoliberalista. “Foi um golpe duro a uma experiência que tinha tido grandes resultados sanitários e que era admirada por sanitaristas de todo o mundo”. (MONTES; FARIZA, 2019).

É óbvio que o posicionamento de um ex-ministro de um governo de esquerda não poderia ser outro senão criticar as reformas feitas por Pinochet, principalmente num contexto de mobilização nacional em questões sociais. Por outro lado, não se

pode esquecer que a má qualidade dos serviços públicos não é exclusividade desse modelo, e o Brasil é prova disso.

Diante do exposto, percebe-se que o atendimento de saúde no Chile sofre do mesmo mal que o sistema previdenciário. O Estado se vale do que está escrito na Constituição, entendendo que cumpre seu papel de mero regulador da prestação do serviço privado. Contudo, deixa a desejar no que concerne a oferecer o atendimento público, o que se identificou como um dos principais temas de reivindicações na crise de 2019.

4.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA

O acesso a uma educação de qualidade é um tema que já vem sendo motivo de discussão e protestos no Chile há muitos anos, ou seja, ele não surgiu com as manifestações aqui estudadas. Porém, como tantas outras questões sociais relacionadas ao poder aquisitivo do povo, encorpou o “estallido social”, tornando-se mais um fator importante na crise. (SOLER, 2019).

Até 1981, a educação universitária era totalmente gratuita. Nesse ano, Pinochet incentivou a criação de universidades privadas, que poderiam cobrar mensalidades. Seguindo a lógica neoliberal, uma vez que haveria um novo mercado que proveria a educação superior à maioria da população, o governo chileno cortou investimentos nas instituições públicas de ensino superior, que precisaram cobrar taxas para manter seu funcionamento. Entretanto, não houve o estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade nem limites aos preços praticados que seriam fiscalizados pelo Estado, o que levou a cobranças cada vez mais caras e a um ensino de qualidade cada vez mais duvidosa. A consequência disso foi o endividamento de muitos estudantes para financiarem seus estudos. (Ibid.).

O problema da educação não se resume somente ao nível superior. Em 2006 o país foi palco da “Revolución Pinguina”, quando estudantes do ensino médio foram às ruas protestar por melhoras na educação. Esse, entretanto, não foi o único movimento desse tipo, que voltou à cena nacional em 2011, e mais tarde, em 2016. O acesso à educação básica de qualidade encerra também a questão da desigualdade, uma vez que é fator determinante para garantir a possibilidade de um jovem de família menos abastada ter acesso ao ensino superior gratuito. Esse acesso

poderia garantir uma maior mobilidade social, que tiraria mais pessoas da pobreza e reduziria as desigualdades sociais no país. (DIARIO ANDINO, 2019).

Como já vimos anteriormente, a eclosão da crise se deu motivada pelo aumento do preço das passagens do metrô em Santiago, com protestos desencadeados por estudantes da capital chilena. Entretanto, menos de duas semanas antes, manifestações estudantis foram realizadas naquela cidade, sem que se soubesse, à época, que seriam o prelúdio do maior movimento social do país após a redemocratização.

A primeira manifestação ocorreu na segunda-feira, 7 de outubro, liderada por estudantes de escolas emblemáticas, principalmente do Instituto Nacional. Este estabelecimento, fundado em 1813, foi o ponto central de organização de protestos.

As reclamações têm a ver com a "falta de recursos" para a educação chilena e precariedade nas salas de aula.

Segundo Carlos Peña, reitor da Universidade Diego Portales, os excessos que ocorreram nos últimos dias no Chile são resultado, em parte, do surgimento de uma nova geração "que se manifesta com crescente intensidade", disse ele ao jornal El Mercurio.

"Não é por acaso que todas essas formas de protesto violento são realizadas por jovens", acrescenta.

Uma das manifestações mais importantes no Chile desde o retorno à democracia também foi liderada por estudantes. A chamada "revolução dos pinguins", ocorrida em 2006, gerou um precedente importante em relação à demanda social para melhorar a educação no país sul-americano. O nome "pinguim" é uma referência aos uniformes escolares usados no Chile.

Então, em 2011, essa demanda cresceu e o movimento estudantil também provocou grandes protestos, pressionando o primeiro governo de Piñera.

Embora não se saiba qual será a verdadeira dimensão das atuais manifestações, os últimos dias podem ser classificados com um dos momentos mais violentos que o Chile viveu em décadas.

Apenas algumas semanas atrás, e após crises parecidas no Peru e no Equador, muitos diziam que o país sul-americano era um "oásis" na América Latina.

Agora, a situação mudou abruptamente e ninguém sabe se a "fúria" popular vai continuar. (BBC, 2019).

Apesar desses movimentos, é importante salientar que, ainda assim, o Chile apresenta-se melhor que o Brasil, quando o assunto é educação. Segundo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), nosso vizinho sul-americano é melhor em ciências, leitura e matemática, as três áreas avaliadas pelo programa. Na prova aplicada em 2015, os resultados foram: em ciências, Brasil 401 pontos e Chile 447; em leitura, 407 para o Brasil e 459 para o Chile; e em matemática fizemos 377 pontos, contra 423 do Chile. (TRISOTTO, 2018).

4.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O estudo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Chile apresenta bons resultados para o país, que mais uma vez se apresenta superior ao Brasil.

Os chilenos também saem na frente quando o assunto é o desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU. O relatório de 2018 mostra o Chile na 44ª colocação, com indicador de 0,843. O Brasil está na 79.ª posição, com 0,759. O ranking tem 189 países. Entre os parâmetros que compõem o IDH, o desempenho chileno é superior em praticamente todas as vertentes: eles vivem mais anos, estudam por mais tempo, sofrem menos com a violência e é um país menos desigual. Isso porque há um indicador da ONU que faz um ajuste com relação às desigualdades de renda, saúde e educação. Os dois países pioram seu desempenho nesse quesito – o Chile cai para 0,710, perdendo sete posições; o Brasil, 0,578, o que o coloca 17 posições atrás. (TRISOTTO, 2018).

Menezes (2019b) afirma que apesar de o Chile estar “passando pelo seu momento de maior turbulência política desde o fim da ditadura Pinochet”, nenhum outro país sul-americano tem elevado tanto o padrão de vida dos seus cidadãos, e diz tratar-se do “maior caso de sucesso econômico da América Latina”. Embora pondere que haja motivações reais para os protestos recentes, destaca que em 2017 o país era o 44º IDH do mundo; que detém o maior PIB per capita da América do Sul; que seus estudantes obtiveram a melhor nota no PISA¹⁹ e que o país tem a menor porcentagem de cidadãos com renda inferior a US\$ 5,50 por dia entre os latino-americanos.

Entretanto, é importante levar em consideração como é calculado o IDH:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado estatístico criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para contrapor os dados puramente econômicos utilizados para medir a riqueza dos países e analisar o desenvolvimento a partir da inclusão de outros fatores.

Atualmente, o cálculo do IDH é efetuado a partir de três aspectos principais da população: renda, educação e saúde. Assim, quanto mais esses três aspectos apresentarem melhorias, melhor será o IDH da localidade em questão. É claro que esse índice possui limitações, pois não considera outros fatores, como a sustentabilidade, a distribuição de renda e outros importantes elementos sociais.

No quesito saúde, para o cálculo do IDH, considera-se a expectativa de vida, no sentido de que esse fator observa o quão “longa e saudável” é a vida das populações. Já no âmbito da educação, é avaliado o índice de alfabetização de adultos e também os níveis de escolarização da população em geral. Já o fator “renda” apresenta o foco no padrão de vida e é medido pelo PIB per capita, que seria o Produto Interno Bruto dividido pela população,

¹⁹ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

além do PPC (Paridade do Poder de Compra), que executa os cálculos no sentido de excluir as diferenças entre a valorização das diferentes moedas dos países.

Assim, para que o IDH seja calculado, realiza-se uma ponderação média entre esses três fatores, que devem possuir o mesmo peso, pois considera-se que saúde, educação e renda são elementos igualmente importantes para a garantia do desenvolvimento humano da população. (PENA, 2020).

Logo, está claro que embora este índice considere os aspectos renda, educação e saúde em sua composição, não necessariamente reflete uma distribuição igualitária do primeiro; nem um nível de excelência do sistema de educação; e tampouco o atendimento de saúde de qualidade para toda a população.

4.6 OUTROS ASPECTOS

Além dos aspectos socioeconômicos já apresentados, há outras questões do dia-a-dia dos chilenos que contribuem também para o descontentamento da população. Em última análise, são outros produtos da desigualdade no país, que se refletem numa qualidade de vida muito discrepante entre as classes sociais.

O transporte público é um deles, já que seus usuários são, na maioria, pessoas que não tem poder aquisitivo suficiente para adquirir e manter seu próprio automóvel. Criada em 2007, a rede “Transantiago” prometia oferecer transporte público de qualidade e sustentável, tanto do ponto de vista ambiental como econômico (sem dependência de subsídios estatais). Entretanto, desde sua criação, esse sistema é alvo de críticas quanto ao seu planejamento e implementação. (AFP, 2019).

Mesmo após uma década de reestruturações, redistribuição das linhas e aportes milionários, a rede tem se mostrado ineficiente para atender o fluxo de passageiros. Como resultado, os usuários precisam enfrentar, todos os dias, longas filas para tomar ônibus e metrô lotados, nos quais realizam viagens demoradas. Isso pode ajudar a explicar o índice de 25,7% de evasões – passageiros que usam o serviço sem pagar, por exemplo, pulando catracas – no segundo trimestre de 2018. E apesar de todos esses problemas, o sistema continua gerando déficit aos cofres públicos. (Ibid.).

As evasões em massa do metrô de Santiago, coordenadas por redes sociais na última semana, que desembocaram nos violentos protestos de sexta-feira, foram em repúdio ao aumento na tarifa do horário de pico, que subiu 30 pesos chilenos, algo em torno de 1,17 dólares.

Mas esse aumento no preço do trem metropolitano, que transporta quase três milhões de pessoas diariamente, se somou a outros aumentos. No início de outubro, o governo aumentou em 10,5% as tarifas de luz, no entanto não foi capaz de baixar o valor dos medicamentos, os mais altos da região, enquanto o sistema de saúde privado só cobre 60% do valor das prestações, deixa de fora os idosos e é três vezes mais caro para as mulheres. (Ibid).

O Instituto Nacional de Estatística do Chile aponta que metade dos trabalhadores do país tem uma renda mensal inferior a 400 mil pesos, cerca de R\$ 2.280. Em valores absolutos, nos parece uma boa média, porém há que se levar em conta o alto custo de vida daquele país. (BBC, 2019).

A matéria publicada por Montes e Fariza (2019, grifo nosso) ilustra muito bem essa questão, ao mesmo tempo que resume, na situação de uma única família, vários dos aspectos até aqui estudados:

O caso de Raquel Sotomayor, de 30 anos e moradores de Puerto Montt – mais de 1.000 quilômetros ao sul de Santiago –, e seu marido é paradigmático de três facetas do problema social chileno: **emprego, custo da vida e educação**. Formada há dois anos num curso profissionalizante de assistente social, tem dois filhos pequenos, de um e dois anos, e não encontra trabalho. Seu marido, Jonathan (31 anos), ganha 420.000 pesos chilenos (**pouco menos de 2.200 reais, compatível com a média da população, cerca de 2.250 reais**, segundo os dados reunidos pela Fundação Sol) como professor de Educação Física. **Para poder estudar em uma universidade pública, fez um financiamento bancário com aval do Estado, uma prática comum entre os estudantes chilenos**. “Nasceu nossa menina, atrasamos uma mensalidade, aí a mensalidade dobrou. Somando os juros, ficou impossível pagarmos”, conta Sotomayor. Sua dívida hoje ultrapassa os 11 milhões de pesos (57.300 reais) e cresce a cada dia por causa dos juros. Em abril do ano que vem, será ela que terá que começar a pagar o seu financiamento, sem nem sequer ter um trabalho.

O encarecimento generalizado da vida agrava sua precariedade. Na falta de estatísticas detalhadas, vale o método empírico: um passeio por Santiago e outro pela Cidade do México bastam para perceber uma importante disparidade em alguns dos principais produtos básicos, com preços mais semelhantes com os de uma capital europeia que os de uma cidade latino-americana. **Santiago é, segundo a consultoria Mercer, a terceira metrópole latino-americana mais cara para viver, depois de Montevidéu e San Juan (Porto Rico)**.

Diante dessa realidade, um aumento no setor dos transportes é algo inconcebível para a maioria da população chilena, que em muitos casos chega a dedicar 30% de seu salário ao custeio do transporte público. “Um estudo recente da Universidade Diego Portales aponta que, de um total de 56 países ao redor do mundo, o transporte no Chile é o nono mais caro”. (BBC, 2019).

Por tudo isso, fica um pouco mais fácil compreender por que o aumento de 30 pesos na tarifa do metrô foi o estopim para a maior revolta social do país em três décadas. (DIARIO ANDINO, 2019).

Dessa forma, concluímos a análise dos aspectos socioeconômicos da crise chilena de 2019, ficando evidenciada a preponderância deles, em comparação aos fatores políticos e estruturais. Podemos, agora, a partir de todas as informações apresentadas, nesse capítulo e nos anteriores, chegar ao fim do nosso estudo, no capítulo conclusivo que se segue.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa apresentou os principais aspectos políticos e socioeconômicos que levaram à eclosão da crise ocorrida no Chile, no ano de 2019. Para tanto, foi necessário também identificar fatores estruturais e conjunturais desse país, usando como pano de fundo sua história recente, mais especificamente a partir do governo de Augusto Pinochet, que originou a atual Constituição chilena.

Conforme estudado, os acontecimentos imediatamente anteriores ao “*Estallido Social*” foram os protestos contra o aumento médio de 300 pesos chilenos na tarifa do metrô de Santiago, que acabaram sendo considerados o estopim para desencadear todo o processo. Porém, ficou evidente que essa era a “ponta do iceberg”; que este era apenas um dos problemas que compunham a revolta latente da sociedade chilena.

A peculiaridade desse fato histórico é que ele não ocorreu em um país que atravessava uma grave situação econômica, com crise de abastecimento e desemprego crescente; tampouco havia no país uma crise política séria, como em países onde a população vai às ruas contra um governo autoritário; nem se notavam questões psicossociais de destaque no cenário internacional, como conflitos étnicos, religiosos ou relacionados à imigração descontrolada. O que tornou a crise chilena tão peculiar foi o fato de ter ocorrido sem precedentes evidentes. Essa foi uma crise “sem aviso prévio”, ocorrida em um país que apresentou crescimento do PIB nos últimos 10 anos e o 44º melhor IDH do mundo em 2018.

No que se refere aos aspectos políticos, o presente estudo mostrou que uma grande parte das reivindicações da sociedade está relacionada com a realização de uma Assembleia Constituinte. A principal razão para isso se encontra no fato de que a atual Constituição do país foi elaborada no período do governo militar do General Augusto Pinochet. Dessa maneira, a sociedade chilena alega que a Carta Magna do país é um resquício de um período de regime de exceção, que deve ser superado. Outro ponto que embasa os pedidos para a realização de uma Constituinte é que muitas questões sociais só podem ser solucionadas com alterações na lei que exigem quóruns elevados (alguns considerados impossíveis). Por essa razão, temas que estão no centro da crise, como a previdência social, só podem ser debatidas e alteradas após mudanças na Constituição do país. Além disso, a lei maior do Chile já sofreu diversas emendas ao longo dos anos, e considera-se que seria mais adequada a formulação de uma nova Lei.

Embora a política do país não apresente uma crise do ponto de vista institucional, com as instituições democráticas funcionando normalmente, o presente estudo mostrou que existe uma crise de representatividade da população, caracterizada pela baixa adesão aos processos eleitorais. No Chile, os partidos políticos estão organizados basicamente entre a direita (com apenas 2 partidos), ainda muito forte no país; e uma centro-esquerda com amplo espectro ideológico, que reúne partidos cuja única semelhança é a oposição à direita conservadora. O revezamento entre Michelle Bachelet e Sebastián Piñera no cargo de Presidente da República nos últimos quatro mandatos mostrou que nenhuma dessas administrações, de ideologias opostas, foi capaz de satisfazer os anseios da população.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, analisamos o IDH chileno e como esse índice das Nações Unidas é calculado, levando em consideração 3 fatores: saúde educação e renda.

No tocante à saúde, a composição desse índice leva em consideração a expectativa de vida da população, seguindo a lógica de que um povo com maior expectativa de vida possui, teoricamente, melhor atendimento de saúde. O caso chileno contesta essa lógica, quando fica clara a diferença entre o acesso à saúde que possuem as classes sociais mais altas (por meio das Isapres) e aquele oferecido na rede pública, à população menos abastada.

A educação pública, como componente do IDH, é considerada a partir da taxa de alfabetização e nível de escolaridade da população. Porém, não necessariamente, o acesso à educação significa que este seja de qualidade. Os protestos de estudantes ocorridos no país, que nessa pesquisa foram apresentados, mostra o descontentamento dos chilenos em relação à qualidade do ensino, que da mesma maneira que a saúde, se diferencia muito entre a rede pública e a privada.

Entretanto, o fator renda é, indubitavelmente, o que mais contribui para que o IDH chileno reflita uma realidade que não é a verdadeira. Na República do Chile, o PIB per capita do país, considerando-se a paridade do poder de compra, foi de mais de 25 mil dólares no ano anterior à crise, o que se compara a países desenvolvidos, superando, inclusive, o Brasil. Porém, nosso estudo mostrou que essa riqueza está concentrada em poucas famílias de alta classe, na qual se encontram os empresários de setores específicos como o financeiro e de exportação do cobre, a principal *commodity* do país. O baixo salário mínimo da população em geral, bem como a alta tributação sobre o consumo, contribuem ainda mais para a concentração de renda.

Pode-se depreender, portanto, que o IDH do Chile mascara a desigualdade social existente no país. De fato, o presente trabalho mostrou que, quando é inserido no cálculo do IDH um fator que leva em conta a desigualdade da população, o referido índice do Chile em 2018 cai de 0,843 para 0,710; o que corrobora nossa conclusão de que bons indicadores econômicos podem esconder problemas estruturais.

Ainda no escopo socioeconômico, o sistema previdenciário está no centro dos protestos de 2019. O sistema de capitalização, herança do período do governo Pinochet, permite a manutenção da sanidade das contas do país relativas à previdência, uma vez que cada trabalhador aporta no sistema das AFPs o proporcional ao que ele receberá quando se aposentar. Assim, evita-se o cenário que o próprio Brasil vem enfrentando nos últimos anos, no qual o envelhecimento da população ocasiona que cada vez mais pessoas recebam da previdência social, com cada vez menos jovens trabalhadores contribuindo.

Porém, a conclusão que o estudo nos permitiu chegar é que o problema desse sistema está na regulamentação. As AFPs, por lei, foram obrigadas a apresentar taxas de retorno baixas aos seus beneficiários, fazendo com que os trabalhadores passassem a receber muito menos quando aposentados, comparando-se com os salários que recebiam dos seus empregadores. Por essa razão, o tema das AFP esteve entre os mais abordados nos protestos iniciados em outubro de 2019 no Chile. Portanto, conclui-se que o sistema previdenciário chileno também encontra-se no bojo das causas da crise social aqui analisada.

Conclui-se, finalmente, que os aspectos socioeconômicos foram, de fato, os preponderantes para a eclosão dos protestos que originaram a crise chilena de 2019. Embora a política tenha contribuído para tal, foram as consequências para a qualidade de vida da sociedade que motivaram milhares de cidadãos a irem às ruas exigirem mudanças tão relevantes. Cabe salientar que até a conclusão do presente trabalho, os acontecimentos aqui estudados ainda estão em curso, e a República do Chile ainda aguarda a realização do plebiscito que consultará a população sobre a vontade de que seja ou não realizada a Assembleia para a elaboração da nova Constituição chilena.

REFERÊNCIAS

AFP. Da ditadura ao governo Bachelet, entenda o Chile em 5 pontos. **O Globo**, Brasil, 19 nov. 2017a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/da-ditadura-ao-governo-bachelet-entenda-chile-em-5-pontos-22080483>. Acesso em 04 mar. 2020.

_____. Bachelet e o legado com o qual deseja passar para a história. **Estado de Minas**, Brasil, 16 nov. 2017b. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/11/16/interna_internacional,917229/bachelet-e-o-legado-com-o-qual-deseja-passar-para-a-historia.shtml. Acesso em: 27 maio 2020.

_____. **Cronología del estallido social en Chile**. 27 out. 2019. Disponível em: <https://es-us.noticias.yahoo.com/cronolog%C3%ADa-estallido-social-chile-215603935.html>. Acesso em: 01 maio 2020.

BBC. **4 pontos para entender os protestos no Chile**. Brasil, 23 out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50130830>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE. **Partidos, movimientos y coaliciones**. Chile: BCN, 2016. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/periodo?per=1990-2022. Acesso em: 28 maio 2020.

CANDIOTA, Gustavo. Entenda o que é Paridade do Poder de Compra (PPC). **GC Prime Câmbio Inteligente**, Porto Alegre, 31 maio 2016. Disponível em: <https://www.gcprime.com.br/post/2016/05/31/entenda-o-que-%C3%A9-paridade-do-poder-de-compra-ppc>. Acesso em: 13 maio 2020.

CASTIGLIONI, Rossana. Chile y el giro electoral: "la vergüenza de haber sido y el dolor de ya no ser". **Revista de Ciência Política**. Santiago, v. 30, n. 2, 2010. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0718-090X2010000200004&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 27 maio 2020. I.S.S.N. 0718-090X.

CONSTITUCIONES Políticas de la República de Chile 1810 – 2015. 2. ed. Chile: Diario Oficial de la República de Chile, 2005. 606p. I.S.B.N. 956-7570-18-3.

COUNTRYECONOMY.COM. **Chile - PIB - Produto Interno Bruto**. Madrid, 2020. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/chile>. Acesso em: 13 maio 2020.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

DIARIO ANDINO. **Diez claves para entender las causas del estallido social en Chile**. Villa La Angostura, Argentina, 2019. Disponível em: <http://redactor.diarioandino.com.ar/noticias/2019/10/25/214160-diez-claves-para-entender-las-causas-del-estallido-social-en-chile>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Expressões do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ECEME, 2013.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2019. 164p.

ESTADÃO DE MINAS. **Chile terá em 2020 plebiscito sobre nova Constituição**. Brasil, 16 nov. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/11/16/interna_internacional,1101568/chile-tera-em-2020-plebiscito-sobre-nova-constituicao.shtml. Acesso em: 15 maio 2020.

EXPORT ENTERPRISES S.A. Economia do Chile. **Santander Trade Markets**. Espanha, 2020. Disponível em: <https://santandertrade.com/pt/portal/analise-os-mercados/chile/economia>. Acesso em 17 mar. 2020.

FAJARDO, Luis. O Chile deve seu milagre econômico ao governo Pinochet? **BBC**, Brasil, 12 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46796445>. Acesso em: 12 maio 2020.

FIRMINO, Gustavo Casasanta. Democracia e Crise Política no Chile de Allende. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/31939/20238>. Acesso em: 04 maio 2020.

FUGULIN, Paulo Jose Ache; CARVALHO, Carlos Eduardo. **Intervenção estatal e superação da crise chilena do início da década de 1980**. In: *Intervenção estatal e superação da crise chilena do início da década de 1980*. Vitória, ES, 2006. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política. Vitória, 2006.

GÁRATE, Manuel. De la elección al primer año de gobierno de Michelle Bachelet: ¿un fenómeno político con fecha de expiración? **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 24 abr. 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/3538>. Acesso em: 19 maio 2020.

GOBIERNO DE CHILE. Ministerio del Interior y Seguridad Pública. **Presidente Piñera anuncia Agenda Social con mayores pensiones, aumento del ingreso mínimo, freno al costo de la electricidad, beneficios en salud, nuevos impuestos para altas rentas y defensoría para víctimas de delitos**. Santiago, Chile: Ministerio del Interior y Seguridad Pública, 2019. Disponível em: <https://www.interior.gob.cl/noticias/2019/10/23/presidente-pinera-anuncia-agenda-social-con-mayores-pensiones-aumento-del-ingreso-minimo-freno-al-costo-de-la-electricidad-beneficios-en-salud-nuevos-impuestos-para-altas-rentas-y-defensoria-para/>. Acesso em: 12 maio 2020.

GIMBERG, Lucile. Estallido social en Chile: ¿por qué la policía es tan violenta? **RFI**, França, 28 nov. 2019. Disponível em: <http://www.rfi.fr/es/americas/20191128-estallido-social-en-chile-por-que-la-policia-es-tan-violenta>. Acesso em 17 mar 2020.

HERTZOG, Wagner. O que tornou possível o desenvolvimento do Chile? **Jornal do Empreendedor**, 28 set. 2017. Disponível em: <https://jornaldoempreendedor.com.br/destaques/politica-e-economia/o-que-tornou-possivel-o-desenvolvimento-do-chile/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

ISAPRES DE CHILE. **Las Isapres**. Santiago, 2020. Disponível em: <http://www.isapre.cl/las-isapres>. Acesso em: 11 jun. 2020.

LA TERCERA. **Dos años del gobierno de Sebastián Piñera**. Chile, 09 mar. 2020. Disponível em: <https://www.latercera.com/opinion/noticia/dos-anos-del-gobierno-de-sebastian-pinera/SVMUNVUSWVDWZDZESO42EGWCHA/>. Acesso em: 27 maio 2020.

MENEZES, Pedro. Chile é o maior sucesso econômico da América Latina. **Infomoney**, 24 out. 2019a. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/pedro-menezes/chile-e-o-maior-sucesso-economico-da-america-latina/>. Acesso em: 14 maio 2020.

_____. O bolo chileno cresceu, mas faltou dividir. **Super Interessante**, 21 nov. 2019b. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ideias/o-bolo-chileno-cresceu-mas-faltou-dividir/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Brasil: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em 16 mar. 2020.

MONTES, Rocío; FARIZA, Ignacio. O “milagre chileno” se choca com a realidade. *El País*, Brasil, 15 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/09/economia/1573308911_971311.html. Acesso em: 14 maio 2020.

MUÑOZ REYES, Enrique. Estallido social en Chile: las causas de un problema sistémico. **El Herald**, Linares, Chile, 25 out. 2019. Disponível em: <http://www.diarioelheraldo.cl/noticia/-estallido-social-en-chile-las-causas-de-un-problema-sistemico>. Acesso em: 17 mar. 2020.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Chile**: MIT, 2020. Disponível em: <https://oec.world/pt/profile/country/chl/>. Acesso em: 13 maio 2020.

OECD. **Data**: Organisation for Economic Co-operation and Development. 2020. Disponível em: <https://data.oecd.org/chile.htm>. Acesso em: 13 maio 2020.

OMINAMI, Carlos. Chile: o segundo suicídio da centro-esquerda. **Nueva Sociedad**, Argentina, jul. 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/chile-o-segundo-suicidio-da-centro-esquerda/>. Acesso em: 27 maio 2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Como é feito o cálculo do IDH?"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-humano.htm>. Acesso em: 29 de set. 2020.

PÉREZ, Líbio. Retrocessos e avanços do governo Bachelet. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Brasil, 03 dez. 2009. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/retrocessos-e-avancos-do-governo-bachelet/>. Acesso em: 20 maio 2020.

REVERBEL, Paula. Como é se aposentar no Chile, o 1º país a privatizar sua Previdência. **BBC**, São Paulo, 16 maio 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39931826>. Acesso em: 10 jun. 2020.

REYES, Ignacio de los. Como explicar o sucesso de Bachelet no Chile? **BBC**, Santiago, 16 dez. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/12/131216_chile_bachelet_mm. Acesso em: 27 maio 2020.

ROMERO G., Edgard. 10 medidas impulsadas por Piñera para frenar las protestas (y por qué no han funcionado). **RT**, Moscou, 19 dec. 2019. Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/336982-chile-medidas-presidente-calmar-manifestaciones-antigubernamentales>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SANTOS, Andressa de Melo. **A queda de Allende e a ascensão do general Pinochet: o terrorismo de estado e o legado do regime ditatorial chileno**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2017. Disponível em: <https://www.faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/academico/article/view/526/462>. Acesso em: 11 maio 2020.

SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. O neoliberalismo chileno (1973-1990) e seus desafios à integração sulamericana dos anos 1980. 2018. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão-SE, v. 09, n. 01, p. 82-91. jan./jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/viewFile/10472/8076>. Acesso em: 12 maio 2020.

SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRADORAS DE FONDOS DE PENSIONES. **The Chilean Pension System Based On Individual Capitalization**. 4. ed. Santiago, Chile: Alejandro Ferreiro Yazigi, maio 2003.

TRISOTTO, Fernanda. 6 indicadores em que o Chile, modelo de Bolsonaro, ganha de goleada do Brasil. **Gazeta do Povo**, Brasil, 07 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/6-indicadores-em-que-o-chile-modelo-de-bolsonaro-ganha-de-goleada-do-brasil-6f0qbeemv7raasb75zwnj5hip/>. Acesso em 17 mar. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 94 p. ISBN: 978-85-224-5260-6.